



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANDREZA DA COSTA DOS SANTOS

**MULHERES EM LUTA: A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO E AÇÕES DAS
MULHERES NO CEARÁ (1880-1884)**

PARNAÍBA-PI

2025

ANDREZA DA COSTA DOS SANTOS

**MULHERES EM LUTA: A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO E AÇÕES DAS
MULHERES NO CEARÁ (1880-1884)**

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, campus
Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador(a): Prof.^a Mary Angélica Costa Tourinho

PARNAÍBA-PI

2025

S237m Santos, Andreza da Costa dos.

Mulheres em luta : a abolição da escravidão e ações das
mulheres no Ceará (1880-1884) / Andreza da Costa dos Santos. -
2025.

57 f.: il.

Monografia (graduação) - Licenciatura em História, Universidade
Estadual do Piauí, 2025.

"Orientadora: Prof.^a Dra. Mary Angélica Costa Tourinho".

1. Mulheres. 2. Abolição. 3. Ceará. 4. Sociedade Libertadora.
5. Imprensa. I. Tourinho, Mary Angélica Costa . II. Título.

CDD 981.04

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANDREZA DA COSTA DOS SANTOS

MULHERES EM LUTA: A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO E AÇÕES DAS
MULHERES NO CEARÁ (1880-1884)

Monografia apresentada à Universidade Estadual do Piauí, campus
Professor Alexandre Alves de Oliveira, como requisito parcial para
obtenção do grau de Licenciatura em História.

Orientador(a): Prof.^a Mary Angélica Costa Tourinho

Aprovada em: _____

Prof.^a Mary Angélica Costa Tourinho
Universidade Estadual do Piauí

Prof. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro
Universidade Estadual do Piauí

Prof. José de Arimatea Vitoriano de Oliveira
Universidade Estadual do Piauí



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI
CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
COORDENAÇÃO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA



ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
 (conforme RESOLUÇÃO CEPEX 014/2011 de 13 de maio de 2011)

Ao 01 dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e cinco, às 09:00 horas, no miniauditório, *Campus* Professor Alexandre Alves de Oliveira - UESPI, na presença da banca examinadora, presidida pelo(a) professor(a) **Mary Angélica Costa Tourinho** e composta pelos seguintes professores membros: **José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira** e **Felipe Augusto dos Santos Ribeiro**, o(a) aluno(a) **Andreza da Costa dos Santos**, apresentou o Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, como elemento curricular indispensável à colação de grau, tendo como título: **MULHERES EM LUTA: A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO E AÇÕES DAS MULHERES NO CEARÁ (1880 - 1884)**. A banca examinadora reunida em sessão reservada deliberou e decidiu pelo resultado **aprovada** ora formalmente divulgado ao(a) aluno(a) e aos demais participantes, e eu professor(a) Mary Angélica Costa Tourinho, na qualidade de presidente da banca lavrei a presente Ata que será assinada por mim, pelos demais membros e pelo(a) aluno(a) apresentador(a) do trabalho.

A nota concedida pela banca: 10,0

 Profa. Dra. Mary Angélica Costa Tourinho
 (Universidade Estadual do Piauí – UESPI - Orientadora)

Documento assinado digitalmente
MARY ANGELICA COSTA TOURINHO
 Data: 01/12/2025 20:26:13-0300
 Verifique em <https://validar.ji.gov.br>

 Prof. Dr. José de Arimatéa Vitoriano de Oliveira
 (Universidade Estadual do Piauí – UESPI – Examinador interno)

Documento assinado digitalmente
JOSE DE ARIMATEA VITORIANO DE OLIVEIRA
 Data: 04/12/2025 11:44:54-0300
 Verifique em <https://validar.ji.gov.br>

 Prof. Dr. Felipe Augusto dos Santos Ribeiro
 (Universidade Estadual do Piauí – UESPI – Examinador interno)

Documento assinado digitalmente
FELIPE AUGUSTO DOS SANTOS RIBEIRO
 Data: 04/12/2025 21:31:08-0300
 Verifique em <https://validar.ji.gov.br>

 Andreza da Costa dos Santos
 (Discente - Universidade Estadual do Piauí – UI)

Documento assinado digitalmente
ANDREZA DA COSTA DOS SANTOS
 Data: 02/12/2025 19:20:53-0300
 Verifique em <https://validar.ji.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder força, sabedoria e coragem para chegar até aqui. Foi ele quem iluminou meu caminho nos momentos de incerteza e me deu serenidade quando tudo parecia difícil.

A minha mãe e ao meu pai, que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos, oferecendo amor, paciência e apoio incondicional. Obrigada por acreditarem em mim quando eu mesma duvidei, por cada palavra de incentivo e por me ensinarem, com o exemplo, que a persistência transforma sonhos em realidade.

A minha madrinha Antônia e ao meu padrinho Anastácio, que me acolheram em sua casa e me deram apoio durante toda a faculdade. O carinho, a compreensão e o cuidado de vocês foram fundamentais para que eu conseguisse seguir em frente. Natália e Andreza, minhas parceiras de surtos e risadas, obrigada por ouvir minhas reclamações e ser minha cobaia em tantos trabalhos. Obrigado por estarem comigo nessa jornada

A minha vó Tereza, pelos convites de almoço no fim de semana, pelo o carinho e pelos momentos de paz . Agradeço também por ter aceitado me conceder uma entrevista sobre a sua vida, quando precisei para meus trabalhos acadêmicos, ouvir suas lembranças foi mais do que uma pesquisa, foi uma lição de vida. A minha vó Creuza, que nos fins de semana em que eu estava em casa aparecia com doces, um dinheirinho escondido na mão e aquele olhar preocupado que perguntava se eu estava bem. Às minhas tias Benedita e Sebastiana, que estiveram sempre por perto com suas ligações e histórias, me faziam sentir o aconchego de casa mesmo estando longe, e me lembravam que o amor da família é o que nos mantém firmes.

As minhas amigas Paulina, Sylvia, Larissa Freitas e Larissa Conceição, que tornaram esses quatro anos de faculdade mais leves e inesquecíveis. Obrigada pelas risadas, pelos conselhos e por me ajudarem a não desistir quando tudo parecia demais. Às vezes, tudo o que a gente precisa é de refrigerante e um monte de salgados e reclamar muito, para que o mundo volte a fazer sentido.

Por fim, expresso a minha mais sincera gratidão à minha orientadora, professora Mary Angélica, pela paciência, dedicação e orientação cuidadosa ao longo deste percurso. Sua confiança, sensibilidade e apoio foram essenciais para que eu acreditasse no meu potencial e conseguisse transformar esta pesquisa em realidade. A cada pessoa que, de alguma forma, fez parte dessa jornada, com palavras, gestos ou simples presenças deixo o meu mais profundo agradecimento.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a participação das mulheres da elite cearense, especialmente as integrantes da Sociedade das Cearenses Libertadoras, no processo abolicionista entre os anos de 1880 e 1884. A pesquisa busca compreender como essas mulheres atuaram na luta pela abolição, transformando espaços de sociabilidade e caridade em instrumentos de ação política em uma sociedade marcada por rígidas normas de gênero. A investigação parte da análise do contexto histórico e social que favoreceu o surgimento do movimento abolicionista no Ceará, abordando a influência da seca de 1877–1879 e a mobilização popular que antecedeu o fim da escravidão. Nesse contexto, a análise se apoia em Theophilo (1922), cujos registros sobre a seca oferecem uma base fundamental para compreender as transformações sociais e econômicas que impulsionaram o abolicionismo, e em Raimundo Girão (1984) e Antônio Bezerra (2001), que contextualizam o movimento abolicionista no Ceará. Em seguida, examina a representação feminina na imprensa, que ajudou a construir a imagem pública das senhoras libertadoras e reforçou a importância de suas ações no debate abolicionista, principalmente por meio dos jornais *Libertador* e *O Cearense*. Contribuem para análise diversos autores/as como Silva (2014), Chartier (2010) e Michelle Perrot (1998), que analisam o discurso moralizador, as representações e a presença da mulher na esfera pública, ajudando a compreender como essas imagens foram construídas e difundidas. Por fim, destaca o papel da Sociedade das Cearenses Libertadoras, suas estratégias, campanhas e articulações políticas, evidenciando como essas mulheres da elite transformaram suas práticas sociais em instrumentos de resistência. O trabalho dialoga ainda com Joan Scott (2019), ao tratar o gênero como categoria de análise histórica, com Lília Schwarcz (1993) e Ângela Davis (1981), que articulam gênero, raça e classe, e com Ângela Alonso (2014), que analisa as redes de mobilização e a política dos afetos. Conclui-se que as mulheres da elite cearense tiveram papel decisivo no movimento abolicionista, ressignificando práticas femininas tradicionais em gestos de protagonismo político e simbólico.

Palavras-chave: Mulheres; Abolição; Ceará; Sociedade Libertadora; Imprensa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Precipitação Anual em Fortaleza durante a Seca de 1877-1879	16
Figura 2 - Zona afetada pela seca no Nordeste em 1878	17
Figura 3 - Escravos Exportados pelo Porto De Fortaleza (1874-1879)	19
Figura 4 - Sarau musical em benefício da Sociedade Cearense Libertadora	28
Figura 5 -Trecho de artigo destinado às senhoras cearenses	31
Figura 6 -Fragmento da “Resposta de Enrico Azevedo”, publicada em O Cearense	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Mulheres da Sociedade das Senhoras Libertadoras

43

SUMÁRIO

MULHERES EM LUTA: A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO E AÇÕES DAS MULHERES NO CEARÁ (1880-1884)	1
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - QUESTÕES HISTÓRICAS, SOCIAIS E CLIMÁTICAS NA FORMAÇÃO DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO CEARÁ	15
1.1 A Seca de 1877-1879: catástrofe climática e colapso social	15
1.2 O Surgimento do Movimento Abolicionista: a libertadora	21
1.3 As Camadas Populares: protagonismo dos retirantes, libertos e jangadeiros	23
1.4 O estandarte da liberdade pelas mãos das mulheres	25
CAPÍTULO II - IMAGENS PÚBLICAS: REPRESENTAÇÃO NA IMPRENSA ABOLICIONISTA CEARENSE	27
2.1 A inserção feminina na esfera pública e a gênese da Sociedade	27
2.2 Participação pública, tensões de classe e as lideranças femininas	34
CAPÍTULO III - A SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA: ORGANIZAÇÃO E AÇÕES	39
3.1 Formação e composição da Sociedade	39
3.2 Edição N.1 do jornal Libertador : ações e estratégias de atuação	44
3.3 - Vozes populares e protagonismos invisibilizados: o caso de Tia Simoa	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	53
JORNAIS	56
ANEXOS	57

INTRODUÇÃO

O trabalho proposto partiu uma observação feita durante a minha trajetória como aluna da rede pública de uma escola do Ceará: a ausência de referências às mulheres cearenses nos debates sobre a abolição da escravidão. A lacuna dessa abordagem despertou o interesse em investigar se haviam e quem eram essas mulheres, sem considerar diferenças que atravessavam as mesmas, fossem elas integrantes da elite, escravizadas ou libertas. Queria entender qual foi o papel delas no processo que culminou na libertação dos escravizados no estado. Apesar de o Ceará ser reconhecido como a primeira província brasileira a abolir oficialmente a escravidão, as narrativas mais tradicionais ainda destacam principalmente os feitos masculinos, o que contribuiu para invisibilizar as ações e vozes femininas nesse processo.

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa e histórica, orientada pelos pressupostos da História Social e pelos estudos da história das mulheres, buscando compreender como as mulheres da elite cearense, especialmente as integrantes da Sociedade das Senhoras Libertadoras do Ceará, atuaram e foram representadas durante o processo abolicionista entre 1880 e 1884.

Este trabalho, portanto, busca não apenas trazer à tona essas vozes pouco ouvidas pela historiografia cearense, mas também compreender as limitações e estratégias dessas mulheres em um contexto marcado por desigualdades de gênero, classe e raça. Suas atuações na luta pela abolição da escravatura no Ceará, inserindo-se em um campo de estudos que destaca as experiências cotidianas e as redes de solidariedade. Essa abordagem, fundamentada na história social, na sua abordagem político-cultural, permite revelar as diversas formas de resistência e as contribuições das mulheres para o processo abolicionista, frequentemente deixadas de lado nas narrativas tradicionais:

Essa abordagem político-cultural das relações sociais foi bem recebida pela história das mulheres: tratava-se de uma história que resgatava a ação e a palavra das mulheres, que fornecia provas não somente da opressão mas das estratégias de luta e resistência para sobreviver aos sistemas opressores (Martins, 1998, p. 141)

A presença de mulheres no processo abolicionista, é parte dessa proposta de análise da História Social e abrange o período de 1880 a 1884, delimitado pela atividade do movimento de abolição no estado do Ceará. O recorte temporal permite explorar prioritariamente as ações organizadas por mulheres da elite, como Maria Tomásia Figueira

Lima e suas companheiras da *Sociedade das Senhoras Libertadoras Cearense*. Entretanto, é igualmente necessário reconhecer formas de resistência protagonizadas por mulheres escravizadas e libertas, que, embora não integrassem associações formais, desempenharam papéis fundamentais na luta pela liberdade.

A pesquisa se apoia em obras como as de Raimundo Girão (1984), que contextualiza o movimento abolicionista no Ceará, e de Antônio Bezerra (2001). Como o livro deste autor, cujo título é “*Ceará e os cearenses*”, não seja inteiramente dedicado ao tema da abolição, ele pode oferecer perspectiva sobre o cenário social e cultural no qual essas organizações atuaram. Também pode ajudar a entender as ideias e mentalidades predominantes no período. Ele é fundamental para o entendimento do movimento abolicionista na região. Girão (1984) oferece uma análise detalhada dos processos sociais, políticos e econômicos que influenciaram a abolição, destacando tanto a resistência dos escravizados quanto as mobilizações coletivas. Essa obra é essencial para compreender as dinâmicas de poder e os diferentes atores envolvidos na luta abolicionista, incluindo mulheres, que foram frequentemente silenciadas pelas narrativas tradicionais.

Além das obras de Girão e Bezerra, o jornal *Libertador* constituiu a principal fonte primária da pesquisa, por registrar com frequência as ações de mulheres vinculadas às sociedades abolicionistas. As notícias, crônicas e artigos foram organizados segundo critérios de pertinência temática, isto é, se o texto fazia referência direta à participação de mulheres; identificação da autoria ou grupo mencionado; e relevância histórica para a compreensão das práticas abolicionistas no Ceará. Essa sistematização permitiu filtrar as ocorrências e definir o recorte temporal e documental a ser analisado com maior profundidade.

Antônio Bezerra (2001) oferece elementos para uma análise da perspectiva sobre o contexto cultural e social da época. A obra fornece informações sobre as ideias predominantes no período, sua análise detalhada da sociedade cearense no século XIX oferece perspectivas valiosas sobre as relações entre grupos sociais e as condições que permitiram a inserção das mulheres, tanto da elite quanto das classes subalternas, nas redes de resistência. No entanto, o olhar de Bezerra, típico de sua época, tende a enfatizar o papel da elite, o que exige uma leitura crítica para dar visibilidade às ações das mulheres das classes mais baixas, cuja presença foi marginalizada na história oficial permitindo situar as atividades das mulheres abolicionistas em seu contexto histórico.

Já o trabalho de João Hipólito C. de Oliveira (1984), apresenta uma valiosa

cronologia detalhada dos eventos relacionados à abolição da escravidão no estado. Esse trabalho é relevante porque permite situar temporalmente os eventos que marcaram o processo abolicionista cearense, possibilitando uma análise mais precisa do contexto histórico. A cronologia oferecida por Oliveira serve de guia para entender as dinâmicas locais, incluindo o papel das mulheres nesse processo, permitindo também uma comparação entre o Ceará e o resto do Brasil no que tange à abolição.

Por sua vez, José Marcelo de Alcântara Pinto (1984), oferece uma análise profunda sobre o processo de extinção da escravidão no estado, discutindo as condições sociais, políticas e econômicas que influenciaram a abolição. A obra de Pinto é crucial para entender as tensões e relações de poder no Ceará, bem como a resistência das camadas populares e a interação entre diferentes grupos sociais. Este estudo fornece subsídios importantes para compreender como as mulheres se engajaram ativamente no movimento abolicionista.

Além desses autores, buscamos apoio em uma vasta bibliografia que trata sobre gênero. Joan Scott (2019), que propõe o gênero como uma categoria de análise histórica, é igualmente relevante. Sua abordagem permite desconstruir narrativas tradicionais que marginalizam as mulheres e revela suas contribuições como agentes ativas da história. No caso das mulheres da elite cearense, como Maria Tomásia Figueira Lima e as demais integrantes da Sociedade das Cearenses Libertadoras, a teoria de Scott é útil para compreender como essas mulheres negociaram suas posições privilegiadas para articular campanhas abolicionistas. Ao mesmo tempo, essa abordagem ajuda a destacar as limitações impostas pela sociedade patriarcal do século XIX e como essas mulheres conseguiram superá-las por meio de redes de solidariedade e organizações formais.

A leitura das fontes jornalísticas foi guiada por uma análise qualitativa de conteúdo, buscando identificar padrões discursivos, metáforas e linguagens moralizadoras, como os termos “bello sexo”, “virtude”, “caridade” e “sensibilidade”, que moldaram a imagem pública das senhoras cearenses. Essa abordagem dialoga com Chartier (2010), ao compreender os textos como construções discursivas e sociais atravessadas por relações de poder e representações de gênero. Assim, as notícias, crônicas e listas de nomes foram lidas como construções discursivas que expressam disputas de sentido e formas de legitimação moral e política da atuação feminina.

No âmbito da história social, autores como Lilia Moritz Schwarcz (1993) contribuem para a compreensão das relações de poder entre gênero, raça e classe no Brasil Imperial. Schwarcz analisa estruturas sociais que marginalizaram grupos, como as mulheres negras e brancas no movimento abolicionista. Sua abordagem nos permite entender a pouca

visibilidade dessas mulheres nas narrativas oficiais. E ainda Angela Davis (1981) que nos ajuda na compreensão sobre classe, gênero e raça, evidenciando a opressão enfrentada por mulheres negras. Ela também observa que mesmo as mulheres da elite, sofriam pressões do patriarcado.

Trazemos autores/as que tratam do contexto da abolição no ceará, como: Lisandra Moura (2022), Licínio Miranda (1986) e Carlos Rafael Caxilé (2005) que trabalham as mulheres e o movimento abolicionista no Ceará; as mobilizações populares e a atuação da elite e dos libertos na construção do movimento abolicionista.

E outros mais para entender relações de gênero e movimento abolicionista: Mary Del Priore (2009); Silva e Barreto (2014); Macena e Muniz (2012) e: Rafael Zin (2022).

Por fim, a pesquisa utiliza jornais como fonte primária, como o jornal o *Libertador*, para investigar as atividades abolicionistas no Ceará, incluindo as contribuições femininas. De acordo com Raimundo Girão (1984), os jornais foram essenciais para mobilizar a população em torno da causa, criando um sentimento de solidariedade que ia além das barreiras de gênero e classe. Essa fonte permite explorar como as mulheres foram representadas (ou omitidas) nas narrativas da época, enriquecendo a análise histórica e teórica desta pesquisa.

O jornal *Libertador* nos registros das atividades abolicionistas, incluindo festas beneficentes, campanhas de arrecadação de fundos e relatos sobre as libertações de escravizados. A análise desse periódico permitirá não apenas entender a atuação das mulheres no movimento, e como suas contribuições foram representadas (ou omitidas) na época. De acordo com Raimundo Girão (1984), o papel do jornal foi determinante para mobilizar a população em torno da causa, criando um senso de solidariedade e justiça que ultrapassava as barreiras de gênero e classe.

Para alcançar tais objetivos o trabalho será estruturado em três partes. Será explorado como a seca de 1877- 1879, junto com outros fatores sociais, políticos e históricos, ajudou a acelerar o movimento abolicionista no Ceará. A seca abriu um cenário de colapso tão grande que acabou alimentando a resistência populares e as articulações políticas que estavam fervilhando, e que anteciparam o fim da escravidão no ceará. Esse capítulo está organizado em quatro seções: a primeira aborda a seca como desastre social e climático; a segunda investiga o surgimento da Sociedade Libertadora e da Greve dos Jangadeiros; a terceira analisa o papel das camadas populares e a quarta

O segundo abordará o surgimento da *Sociedade das Cearenses Libertadoras*, e sua articulação com as camadas populares, especialmente no espaço urbano de Fortaleza.

No terceiro, trataremos das resistências protagonizadas participação feminina institucionalizada, com ênfase para as ações da Sociedade das Cearenses Libertadoras, não se deixando de considerar a mobilização de escravizados e libertos, destacando as mulheres negras nesse processo, especialmente a figura emblemática de Tia Simoa.

Em suma, esta pesquisa busca ampliar a compreensão sobre a abolição no Ceará, destacando as mulheres nesse processo. Com ênfase naquelas reconhecidas como brancas e integrantes da sociedade cearense, é importante que reconheçamos também reconheçamos a mobilização das mulheres negras nesse processo, pois, entendemos que a abolição foi uma conquista coletiva, construída por diferentes atores e marcada pela persistência e coragem de mulheres que enfrentaram os desafios de seu tempo para transformar a sociedade.

CAPÍTULO I

QUESTÕES HISTÓRICAS, SOCIAIS E CLIMÁTICAS NA FORMAÇÃO DO MOVIMENTO ABOLICIONISTA NO CEARÁ

1.1 A Seca de 1877-1879: catástrofe climática e colapso social

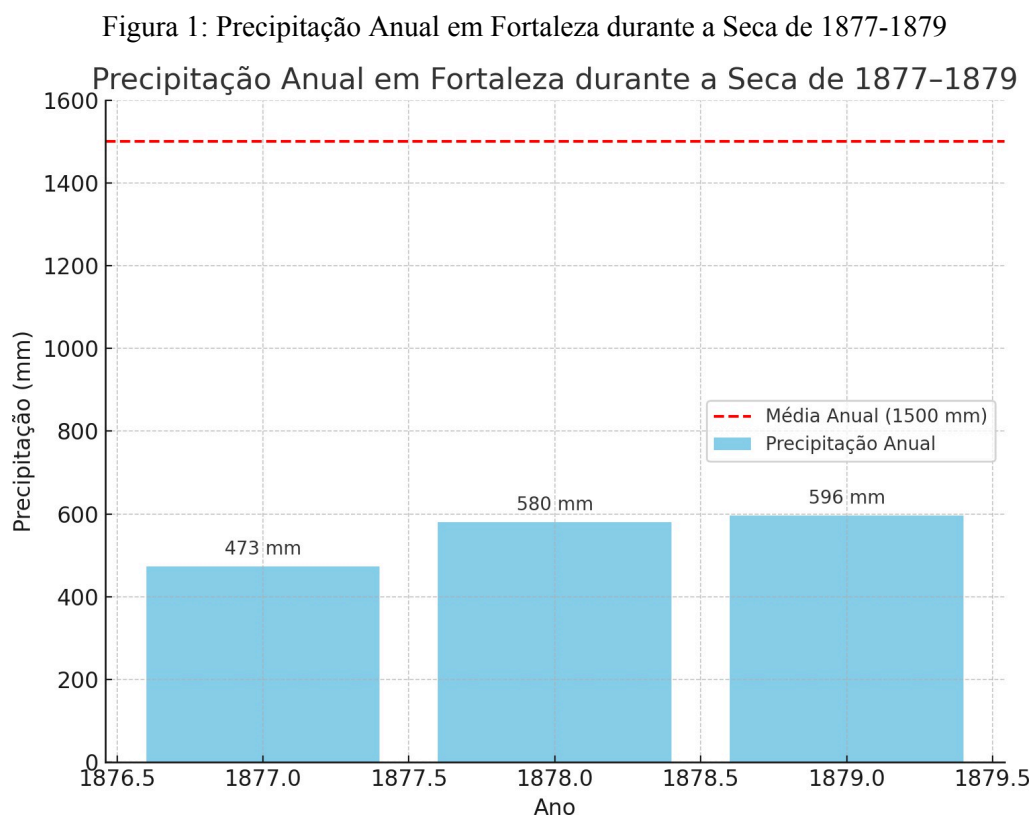
A compreensão sobre a abolição da escravidão no Ceará envolve muitas questões. Uma delas é a seca de 1877-1879, que devastou o Ceará, o que contribuiu para ampliar os espaços de resistência, ao deslocar milhares de pessoas para Fortaleza e outras cidades. Esse deslocamento forçado gerou novas dinâmicas sociais e intensificou as interações entre negros livres, trabalhadores e abolicionistas, promovendo a formação de novos ambientes sociais e espaços de resistência à escravidão (Secreto, 2020). Portanto, o contexto socioeconômico do Ceará no final do século XIX também desempenhou um papel importante na compreensão dessas dinâmicas de busca de liberdade e enfrentamento do sistema escravocrata. A seca não apenas desarticulou as economias agrárias dependentes da escravidão, mas também intensificou a mobilização social em Fortaleza, onde intelectuais, comerciantes e trabalhadores se uniram em torno da causa abolicionista.

A seca de 1877 a 1879 não foi apenas um desastre climático, mas um fenômeno que desestabilizou profundamente a estrutura social e econômica do Ceará. Ao colapsar a produção agropecuária, especialmente nas zonas do interior, a estiagem comprometeu as bases do sistema escravista, tornando insustentável a manutenção de cativos em larga escala.

A migração forçada de milhares de sertanejos livres e escravizados, para os centros urbanos, em busca de sobrevivência, alterou significativamente a composição social das cidades e expôs o poder público a novas pressões. Em meio à escassez de alimentos, à disseminação de doenças e à crescente miséria, o escravismo passou a ser visto por muitos como um entrave à reorganização da província. Nesse contexto, a seca atuou como um fator de aceleração do processo abolicionista, ao desarticular a economia rural escravista e fortalecer as tensões sociais que impulsionariam a luta pela liberdade.

A prolongada ausência de chuvas afetou drasticamente a economia agropecuária, provocando fome, doenças e uma intensa migração do sertão para os centros urbanos. Como apontado por Theophilo (1922), a estiagem levou à estagnação da produção e ao colapso dos meios de subsistência dos sertanejos, deixando a população rural completamente vulnerável. Durante os anos de seca, os índices pluviométricos caíram drasticamente: “473 mm em 1877, 580 mm em 1878 e 596 mm em 1879, muito abaixo da média anual de 1.500 mm que

costumava ser registrada em Fortaleza”.(Theophilo, 1922, p. 13)



Fonte: Gráfico organizada pelo a autora a partir das informações fornecidas (Theophilo, 1922)

Como pode-se ver, a Figura 01, evidencia o colapso climático, os índices de chuva despencaram para menos da metade do considerado o normal, inviabilizando a sobrevivência em grande parte da província.

A consequência mais imediata foi a migração em massa dos sertanejos. Fortaleza, que então contava com cerca de 25 mil habitantes, recebeu mais de 114 mil retirantes, conforme Secreto (2020). O resultado em uma cidade que não estava preparada, foi um caos completo. Doenças se espalharam, como a varíola, a fome tomou conta e a cidade não suportou e entrou em colapso sanitário: “Registros paroquiais da freguesia de São José, em Fortaleza, indicam que dos 20.748 óbitos registrados entre 1870 e 1879, 16.557 ocorreram apenas entre 1877 e 1879” (Dias, 2019, p. 176). Esse número impressionante nos revela o grau de vulnerabilidade da população cearense diante da falta de infraestrutura pública e da incapacidade do Estado de gerenciar crises climáticas.

Entretanto, a seca não deve ser compreendida apenas como um fenômeno climático. Oliveira (2020) argumenta sobre o momento em que a seca passou a ser reconhecida como

uma questão social. A consolidação da Lei de Terras de 1850¹¹ e o avanço da agricultura comercial haviam fechado o acesso à terra por parte dos sertanejos. Assim, quando a seca se instalou, os cearenses já estavam desamparados, forçando sua migração em busca de ajuda.

Essa migração expôs a miséria do interior à vista das elites e dos intelectuais. André Rebouças, engenheiro e abolicionista, enxergava nos retirantes uma força de trabalho que poderia ser integrada mediante salários, em vez de esmolas, sugerindo um novo modelo de inserção social. Ele comparava a situação do Ceará à da Índia britânica, buscando soluções que aliavam ação estatal, infraestrutura e cidadania (Secreto, 2020).

Figura 2: Zona afetada pela seca no Norte (Nordeste) em 1878



Zona afetada pela seca no Norte (Nordeste) em 1878. [Mapa]. Biblioteca Nacional. Disponível: news.files.bbc.co.uk/include/vjamerica/688-brazil-drought/portuguese/app/full-width

A figura dois ilustra o cenário devastador que todo o Norte (Nordeste)² sofreu com a seca

¹ A Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro) consolidou a propriedade privada da terra no Brasil ao determinar que apenas por meio da compra seria possível adquirir terras devolutas do Estado, proibindo outras formas de acesso, como a posse. Promulgada logo após a extinção oficial do tráfico negreiro, essa lei visava impedir que ex-escravizados e imigrantes pobres tivessem acesso à terra, forçando-os a se submeter ao trabalho assalariado nas fazendas. Com isso, atendia aos interesses da elite agrária, garantindo mão de obra para a lavoura e viabilizando o uso da terra como ativo hipotecário no lugar do escravo, que até então era o principal bem de valor econômico nas propriedades agrícolas: A FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE FUNDIÁRIA NO BRASIL: A LEI DE TERRAS DE 1850 - João da Cruz Gonçalves Neto/Keilla Ingrid Silva

² Utilizo a nomenclatura Norte (Nordeste) porque, até o início do século XX, o que hoje se compreende como Nordeste ainda era classificado oficialmente pelo governo como parte da região Norte. A denominação “Nordeste” se consolida apenas posteriormente.

do período, mas o Ceará foi sem dúvida, o epicentro dessa tragédia, causando deslocamento massivos para outros estados, cidades mais estruturadas e capital do estado.

A omissão do governo imperial deixou evidente o quanto o sistema político ignorava o nordeste do país, mesmo que seja o ponto de partida da colônia. Segundo Secreto (2020), as medidas emergenciais, como campos de concentração e obras públicas não foram suficientes. A ausência de apoio evidenciou o descaso com o Norte (Nordeste), em contraste com o tratamento dado ao Sul, aumentando tensões regionais. Neves, citado por Oliveira (2020,p. 2), destaca que “a seca de 1877-79 provocou: “[...] uma mudança significativa nas estruturas de sentimento em relação à pobreza, às migrações, à caridade, ao trabalho e às responsabilidades sociais perante os pobres”.

Nesse contexto de seca, a miséria dos retirantes não apenas comoveu setores da opinião pública, mas também contribuiu para abalar as bases morais da ordem escravocrata, ao tornar evidente sua incapacidade de responder a crises sociais de grande escala. Segundo Theophilo (1922) foi mais do que um desastre natural, representou um marco na forma como a pobreza visível em todos os espaços, passou a ser percebida pelas elites e instituições. As multidões famintas que migravam em busca de socorro tornaram visível um sofrimento antes ignorado ou naturalizado. O descaso das autoridades diante da fome e da morte generalizadas, escancarou a negligência do poder público, desafiando os discursos de civilização que sustentavam a ordem vigente.

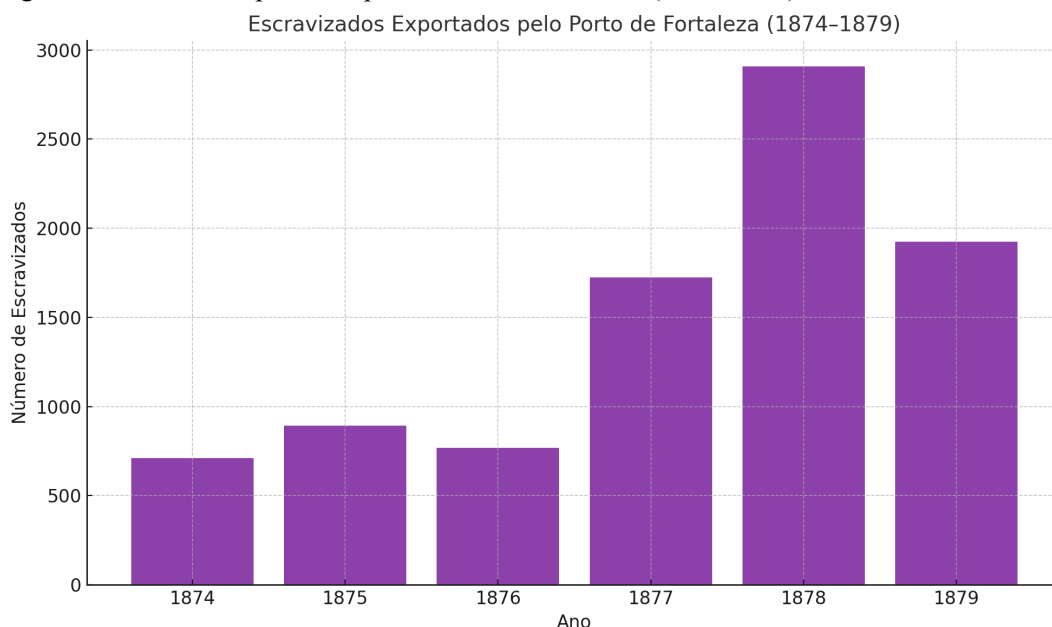
A seca destruiu as bases econômicas da província e como sempre, os primeiros a cair foram os que viviam nas bordas da sobrevivência. Antes do desastre climático, estimava-se que a província contava com aproximadamente 30 mil pessoas escravizadas, número considerável diante da dimensão populacional da época. Com o colapso da economia agrícola e pastoril, muitos senhores passaram a se desfazer de seus cativos para conseguir suprimentos básicos. Chegou-se ao ponto de trocar escravos por farinha, tamanho o desespero das elites rurais (Theophilo, 1922).

No meio do caos, comerciantes, muitos deles eram italianos, que exploraram a tragédia para lucrar com o tráfico de escravizados. Esses percorriam o interior do Ceará comprando pessoas escravizadas a preços baixos e revendendo-as para o sul do Império, onde o sistema escravista ainda mantinha alta demanda de mão de obra. (Theophilo,1922). Era como uma verdadeira “negociação torpe de carne humana”, explorando a fragilidade social e moral do momento (Theophilo, 1922, p. 250-252).

Os registros do porto de Fortaleza mostram um aumento drástico na exportação de escravizados durante o auge da seca. Os números saltaram de 710 pessoas em 1874 para 2.909

em 1878, o que evidencia a utilização do comércio humano como saída econômica diante da crise. Mesmo após o fim do triênio mais crítico, em 1879 ainda foram registrados 1.925 indivíduos vendidos e enviados para fora da província (Theophilo, 1922, p. 361).

Figura 3: Escravos Exportados pelo Porto De Fortaleza (1874-1879)



Fonte: Gráfico organizada pela autora a partir das informações fornecidas da obra de Rodolpho Theophilo (Theophilo, 1922)

Com o número de escravizados exportados pelo porto de Fortaleza entre 1874 e 1879, conforme os registros de Rodolpho Theophilo. O pico aconteceu em 1878, no auge da seca, quando 2.909 pessoas escravizadas foram enviadas para o sul do Império. Esse número grita uma verdade incômoda: o lucro falava mais alto que qualquer traço de humanidade e o sistema escravista mostrava sua face mais brutal.

Em meio à devastação causada pela seca, o tráfico de pessoas não apenas persistiu, mas se intensificou, transformando a tragédia social em oportunidade para comerciantes inescrupulosos. Essa realidade expõe as profundas contradições da província, onde a crise humanitária foi explorada economicamente, evidenciando como, mesmo em meio ao colapso social, os interesses econômicos prevaleceram, perpetuando a escravidão e a exploração.

A pressão das condições climáticas extremas também gerou uma significativa fuga de escravizados, além da libertação forçada ou informal de muitos deles que aproveitaram o colapso da vigilância dos engenhos para escapar para áreas urbanas, como a cidade de Fortaleza.

Foi o caso da escravizada Raymunda, cuja história foi publicada no jornal *Gazeta do Norte*³ em 7 de julho de 1880:

A's justiças do paiz, aos homens de coração vem pedir protecção a infeliz, Raymunda, escrava que foi de Joaquim da Costa Rodrigues, morador no Mulugu, da serra dè Baturité. A sua historia è uma das mais dolorósas e pungentes scenas da escravidão. Conta essa desventurada 56 annos de idade.; sob o jugo do captiveiro teve ella 20 filhos, dos quaes os mais felizes foram

8 que se libertaram pela morte, passan- do pela cruel dør de ver serem vendidos para o sul 12, que foram. Benedicto. Luiz. Jorge, Vicente, Malheus, João, Joana, Josèfa, Berna rda, Izabel, Paulina, e Rita.

[...]

Em 1877, logo que se manifestaram os effeitos da secca. seu ex-senhor disse-lhe que fosse fazer pela vida, procurando escapar á fome. Ellá veio arrastado-se até esta capital,

onde encoutrou uma alma bemfaseja, o Sr. capitão Josó Barroso, que compadecendo- se de seu lastimável estado, dèu-lhe abrigo em seu sitio Jacarecauga. Ali permaneceu ella todo tempo que durou secca, vivendo da caridade publica e de uma ração qué recebia do governo, no districto da Alagou Secca.

Agora, porem, que terminou a secca. que cessaram os sacrificios do estado, que a infeliz se acha um pouco molhorada do seus soffrimento do coração, appareceu seu ex-senhor, tentando chamal-a de novo ao captiveiro procurando vendel-a nesta cidade.(*Gazeta do Norte*, 1880,p.3)

O caso de Raymunda sintetiza o drama vivido por centenas de escravizados libertos à força pela fome e pelo abandono, apenas para serem novamente perseguidos quando a estiagem passou. A narrativa publicada pela imprensa cearense, ao dar voz a uma mulher negra idosa, evidencia a sensibilidade social que começava a se manifestar na opinião pública local, um prenúncio da mobilização abolicionista que tomaria corpo nos anos seguintes.. Em 1877, a cidade recebeu mais de 42 mil retirantes; e no final do ano, a população “adventícia” superava 83 mil pessoas, o dobro da população original da cidade (Theophilo, 1922, p. 363-364).

Foi no desespero que muitos encontraram a centelha da liberdade. Não havia mais nada a perder e esse vazio virou coragem. A seca, no entanto, fez mais do que matar, ela escancarou a desigualdade e o abandono do povo nordestino pelo império, como também empurrou o Ceará para o centro da luta abolicionista que viria logo após.

³ A *Gazeta do Norte* foi um jornal de orientação liberal que circulou em Fortaleza entre 1880 e 1889. Seu primeiro número foi publicado em 8 de julho de 1880, impresso na Typographia Cearense, Publicava-se duas vezes por semana, posicionando-se nos debates políticos e sociais da década de 1880, especialmente nas discussões abolicionistas. Cf.: *Gazeta do Norte*, n.º 1, 23 maio 1880; LIMA, Rafaela Gomes. *Os tipos em Fortaleza: uma pequena história da impressão cearense no século XIX. Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 1620-1633, 2014; STUDART, Guilherme (Barão de). *Catálogo dos jornais de grande e pequeno porte publicados no Ceará. Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1898

1.2 O Surgimento do Movimento Abolicionista: a libertadora

A seca não só trouxe sofrimento e morte, ela também contribuiu para a intensificação de tensões sociais e políticas. Em meio ao colapso moral e econômico da província, começaram a surgir grupos que lutavam por justiça, com a abolição no centro dessa luta.

A capital Fortaleza tornou-se o epicentro dessa mobilização. Com a fundação da Sociedade Cearense Libertadora, em 1880, consolidou-se o movimento, unindo comerciantes, intelectuais, trabalhadores, jornalistas, religiosos e libertos. Antônio Bezerra⁴, a define como “associação que realizou o mais glorioso ato da vida desta Nação” (Bezerra, 2001, p. 65).

A diretoria da Libertadora era composta por homens letrados de destaque da sociedade cearense, profissionais liberais, políticos e envolvidos com o jornalismo como João Cordeiro (presidente)⁵, José Correia do Amaral⁶, Frederico Borges⁷, Justiniano Serpa⁸ e outros mais de 200 membros. A sociedade mobilizava fundos por meio de festas, apresentações teatrais, doações individuais e apoio de lojas maçônicas e até consulados estrangeiros.

As ações da Sociedade Libertadora foram além da coleta de fundos para alforrias: ela enfrentava diretamente o tráfico de escravizados e incentivava a desobediência civil e combateu abertamente o tráfico interprovincial de cativos.

⁴ Antônio Bezerra de Menezes (1841–1921), natural de Quixeramobim (CE), foi poeta, jornalista e abolicionista. Fundador do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, foi cofundador do jornal *Libertador*. Embora ligado ao movimento abolicionista, não há confirmação de que tenha sido membro da Sociedade Cearense Libertadora. Cf. INSTITUTO DO CEARÁ. *Antônio Bezerra de Menezes*. MESQUITA, Francisco P. de O. “O que se diz do Ceará”: o abolicionismo cearense no teatro do jornalismo brasileiro (1880-1888). Dissertação (Mestrado em História), UFC, 2021

⁵ João Cordeiro (1842-1931), natural de Santana do Acaraú (CE), foi comerciante e político de destaque no Ceará. Atuou como diretor e presidente da Associação Comercial e da Junta Comercial do Ceará, além de dirigir a Caixa Econômica em 1875. Durante a seca de 1877, foi secretário de Socorro Público. Abolicionista, presidiu a Sociedade Cearense Libertadora e fundou o jornal *Libertador*. No campo político, integrou o governo republicano cearense e exerceu mandatos como senador (1892-1905) e deputado federal (1906-1908; 1909-1911). (MORAES, Kleiton de Souza. *João Cordeiro*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Fundação Getúlio Vargas.)

⁶ José Correia do Amaral, membro da elite urbana de Fortaleza, Sua residência, conhecida como “Castelo da Rocha Negra”, foi cedida como sede oficial da entidade a partir de 1880, tornando-se um dos principais espaços de articulação do movimento abolicionista no Ceará. Cf. CAXILÉ, Carlos R. V.; GUEDES, Maria. *Sociedade Libertadora Cearense: a palavra em ação – O jornal O Libertador enquanto instrumento de doutrinação moral e social*. In: XAVIER, A. R.; FERREIRA, T. M. S.; MATOS, C. S. (Orgs.). Pesquisas educacionais: abordagens teórico-metodológicas. Fortaleza: EdUECE, 2018, p. 77-97

⁷ Frederico Borges, advogado, professor e jornalista, ocupou o cargo de segundo vice-presidente (ou secretário) da Sociedade Cearense Libertadora, tendo também contribuído para a elaboração do jornal *O Libertador*. Cf. ITAPAGÉ CE. *Personalidades do Ceará: Frederico Borges*. Disponível em: <https://itapagece.blogspot.com>. Acesso em: 21 jun. 2025; JCCE. *História da Junta e personalidades*.

⁸ Justiniano de Serpa (1852-1923), natural de Aquiraz, foi um destacado abolicionista cearense, atuando na Sociedade Cearense Libertadora e como redator de jornais. Deputado provincial no fim do Império e deputado constituinte em 1890, seguiu carreira política na República, sendo deputado federal pelo Pará e presidente do Ceará entre 1920 e 1923, período em que promoveu reformas na Constituição estadual. Também atuou como professor, ocupou cargos públicos em Manaus e Belém. (MORAES, Kleiton de Souza. *Justiniano de Serpa*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010.)

Segundo Girão (1984), em 1881, ocorreu a greve dos jangadeiros, episódio emblemático do abolicionismo nacional, liderado por Pedro Artur, José do Amaral e José Luís Napoleão. Os jangadeiros recusaram-se a embarcar escravizados, mesmo diante de ameaças e subornos. O movimento foi iniciado por Pedro Artur de Vasconcelos, que, em discurso no Teatro São Luís, convocou os trabalhadores marítimos a recusarem o transporte de escravizados. José do Amaral organizou a ação e o liberto José Luís Napoleão, com prestígio entre os jangadeiros, viabilizou a paralisação

A resistência, além de greves, envolveu também fugas organizadas e sabotagens. Girão (1984) relata casos em que escravizados foram escondidos ou resgatados em ações que simulavam incêndios. O movimento possuía caráter radical: libertadores chegaram a autorizar o uso de armas por ex-escravizados em caso de tentativa de recaptura.

A radicalização do movimento fez com que até autoridades passassem a apoiar a causa. O presidente da província, Sátiro de Oliveira Dias, afirmou em 1883: “vim com o intuito decidido de tomar a iniciativa na questão da escravatura” (Girão, 1984, p. 198).

Em 25 de março de 1884, o Ceará aboliu oficialmente a escravidão, quatro anos antes da Lei Áurea. A data foi celebrada com uma festa cívica pública de grande proporção, com desfiles, hinos e discursos. As mulheres que de alguma forma estavam engajadas no projeto abolicionista, estiveram ativamente presentes nesse momento simbólico, ornamentando a bandeira da liberdade e entoando o Hino da Redenção ⁹ (Girão, 1984, p. 199).

Um riquíssimo carro, com 16 palmos de comprimento sobre doze e meio d’altura, era franjado de nuvens, adornado de escudos com o nome dos 58 municípios cearenses, deslumbrante de galas, sobrepujado de troféus [...].

[...]

No mais alto ponto do soberbo Carro Triumpaál, como sobre as nuvens alvinites de sou throno de gloria ; brilhavam com todas as graças da belleza e do amor as formosas cearenses que sybolisavam a *Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade*.

Maria de Moraes, de irradiante simpatia, ‘empunhando a espada como quem vinga uma afronta e reivindica um direito’[...]

[...]

Inês Maria da Anunciação, ‘negra, mas formosa como a filha de Jerusalém’, centralizando os aplausos na mais autêntica encarnação da raça africana redimida.

[...]

Amélia Vieira Teófilo, que, ‘com o porte e a majestade de uma deusa, desfraldava aos ventos o estandarte da República do Equador e parecia imprimir no coração do povo o heroísmo de seus mártires[...].’(*Libertador*, 1884, p. 2).

⁹ Anexo 1 – *Libertador* (Fortaleza, CE). Fortaleza: Sociedade Cearense Libertadora, n. 63, 25 mar. 1884.p.5. Documento obtido na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O mesmo periódico também destacou o protagonismo feminino nas atividades simbólicas da festa, como a ornamentação da bandeira da liberdade: “Mais de uma cearense distinta desprendia do peito o cravo, a rosa, a dália, a sempre-viva para adornar de flores a bandeira da liberdade” (*Libertador*, 1884, p. 2). E ainda descreveu os hinos e músicas entoados durante a comemoração: “São cantados o Hino da Redenção e o Hino 24 de Maio, bem como, pelos alunos do Ateneu Cearense, o da Independência e o Hino Nacional” (*Libertador*, 1884, p. 2)

Senhoras libertadoras, como Maria Tomásia e o coral das jovens que entoaram o Hino da Redenção, exerceram papel de protagonismo simbólico, prático e público. A canção foi composta por Antônio Martins e executada por um grupo de senhoritas que representavam cada município cearense no desfile da liberdade.

A repercussão nacional foi imensa. Joaquim Nabuco, em carta à Sociedade Libertadora, declarou que a ação cearense significava “a criação de uma nova pátria” e exortou o Ceará a seguir como exemplo para o resto do país. A abolição no Ceará antecedeu a Lei Áurea em quatro anos, tornando-se um marco da luta popular e do protagonismo da sociedade civil organizada.

1.3 As Camadas Populares: protagonismo dos retirantes, libertos e jangadeiros

Durante a devastadora seca, Fortaleza tornou-se o principal destino dos retirantes vindos do interior cearense. “Até 1877, a capital possuía cerca de 20 mil habitantes” (Theóphilo, 1922, p.73), resultado de um processo de crescimento gradual que expressava o projeto de modernização urbana da província; porém, tal estrutura se mostrou frágil diante da tragédia climática. Cerca de 42.931 pessoas chegaram à capital apenas em 1877, transformando radicalmente sua paisagem demográfica. “Essa massa humana era composta por indígenas, pardos, negros livres, ex-escravizados e mestiços” (Theophio, 1922, p. 93), os quais se encontravam entre os grupos sociais mais vulneráveis aos efeitos da calamidade climática. No final daquele ano, “a população “adventícia” de Fortaleza atingia aproximadamente 83 mil pessoas, o dobro da população habitual, o que provocou o colapso dos serviços urbanos, acentuou a miséria e agravou as tensões sociais”. (Theophilo, 1922, p. 94).

Rodolpho Theophilo (1922) relata que, diariamente, chegavam entre 300 a 500 retirantes em condições miseráveis, descalços, esfarrapados e famintos, evidenciando a incapacidade estrutural da cidade em absorver tamanha demanda populacional. No entanto, esse deslocamento forçado teve desdobramentos significativos: muitos desses migrantes marginalizados inclusive libertos e mestiços tornaram-se agentes ativos no movimento

abolicionista, participando diretamente das ações de enfrentamento ao regime escravocrata.

A participação das camadas populares foi decisiva no movimento abolicionista cearense. O sofrimento coletivo após a seca estimulou a solidariedade e a mobilização social. Trabalhadores pobres, sertanejos e libertos foram protagonistas da luta. Como destaca Raimundo Girão, essas camadas populares desempenharam papel fundamental na luta pela abolição. Um exemplo eloquente foi a atuação dos trabalhadores do porto de Fortaleza, especialmente jangadeiros e capatazes, que se recusaram a embarcar escravizados em navios rumo ao Sul. Esse movimento ficou marcado pela greve dos dias 27, 30 e 31 de janeiro de 1881, liderado por figuras como José do Amaral, Pedro Artur de Vasconcelos e o liberto José Luís Napoleão. Este último, além de conquistar sua própria liberdade, “também libertou suas quatro irmãs com recursos próprios” (Girão, 1984 p. 103-104), e, ao lado da esposa, “tia Simoa”, tornou-se referência de solidariedade na comunidade portuária.

O lema “No porto do Ceará não se embarca mais escravos!” ecoou entre mais de 1.500 pessoas de “todas as classes e condições” (Girão, 1984, p. 105) que se reuniram na praia para impedir o embarque de cativos, um gesto coletivo que escancarava o engajamento popular na luta pela liberdade. Ainda segundo Girão, a greve dos jangadeiros foi organizada para garantir que os escravizados fossem libertos, inclusive por meio de estratégias como simular incêndios em casas onde estavam confinados, criando oportunidades de fuga.

Nessa conjuntura, também desponta Francisco José do Nascimento, o “Dragão do Mar”, que se somou à causa abolicionista cedendo suas próprias jangadas ao movimento, embora tivesse limitações devido à sua função como prático da barra (Girão, 1984 p. 107). Essa participação dos trabalhadores do mar revela a capilaridade da mobilização abolicionista entre setores humildes e racializados da população, conectando as consequências da seca ao processo de desestruturação do regime escravocrata no Ceará.

A classe média urbana composta por tipógrafos, músicos, professores e pequenos comerciantes, também participou ativamente do movimento, embora os protagonistas tenha sido os jangadeiros. Muitos destes integrantes dos setores médios, escreviam para o jornal *Libertador* ou participavam das manifestações e campanhas de alforrias.

Fortaleza tornou-se, assim, não apenas o centro do socorro emergencial aos flagelados da seca, mas também o palco de um movimento libertador protagonizado pelas camadas populares, que rejeitaram as imposições escravistas com base em um sentimento comum de justiça e dignidade. Como afirma Raimundo Girão, a campanha abolicionista no Ceará foi marcada por uma “sintonia freneticamente contagiante”, envolvendo “quase a totalidade do povo — homens, mulheres, crianças, brancos e mulatos, velhos e novos, ricos e pobres, cultos e analfabetos” (Girão, 1984, p. 16).

A seca não foi apenas um evento climático, mas também um dos estopins de uma transformação social e política mais ampla. A migração em massa alimentou as fileiras do abolicionismo e a indignação coletiva se transformou em ação concreta. A presença e o protagonismo dos mais humildes nessa trajetória não apenas aceleraram o fim da escravidão no Ceará, como também reafirmaram a importância das lutas populares na construção de um Brasil mais justo.

Em síntese, o processo abolicionista no Ceará foi profundamente moldado pelos efeitos devastadores da seca de 1877–1879, que expôs a fragilidade das estruturas sociais e institucionais da província. A migração em massa, o colapso econômico e a falência moral da elite escravocrata abriram espaço para o protagonismo popular, especialmente de retirantes, jangadeiros, libertos e mulheres. A singularidade do caso cearense reside justamente na força da mobilização popular e na antecipação da abolição, revelando que a luta pela liberdade não foi apenas um projeto liberal das elites, mas um processo histórico plural, coletivo e enraizado nas contradições sociais do período imperial.

1.4 O estandarte da liberdade pelas mãos das mulheres

A presença de mulheres no movimento abolicionista cearense foi marcante, ainda que frequentemente invisibilizada nos registros oficiais. As mulheres atuaram tanto simbolicamente quanto politicamente.

Na celebração da abolição, em 25 de março de 1884, um coral feminino entoou o *Hino da Redenção*. Participaram, dentre muitas mulheres: Maria Teófilo, Isabel Vieira e Sabina Padilha (Girão, 1984, p. 199). Elas ofereceram flores à bandeira da liberdade, gesto simbólico e político em prol da abolição, como registrou o jornal *Libertador*: “mais de uma cearense distinta desprendia do peito o cravo, a rosa, a dália [...]” (apud Girão, 1984, p. 109).

Nos bastidores, mulheres participaram da arrecadação de fundos, organização de eventos e apoio às fugas de cativos. Girão reconhece: “as cearenses não se omitiram, foram elas que tornaram mais leve o estandarte da liberdade com as flores de seus corações” (Girão, 1984, p. 202).

Embora não ocupassem cargos formais em instituições que se formaram em prol da causa abolicionista, sua atuação nos revela uma forma eficaz e simbólica de participação política, desafiando os limites impostos pelo patriarcado da época.

A análise dos efeitos da seca de 1877-1879 e da mobilização social que se seguiu revela que o pioneirismo do Ceará na abolição não foi fruto do acaso, mas da ação coordenada de setores populares, intelectuais e religiosos diante de um Estado ausente. O

movimento abolicionista cearense, por sua radicalidade e participação popular, é um exemplo histórico de como catástrofes sociais podem desestabilizar estruturas conservadoras e impulsionar transformações políticas profundas.

A participação das mulheres no movimento abolicionista cearense evidencia-se em diversas frentes. Havia aquelas que, pertencentes à elite, utilizaram sua posição privilegiada para organizar campanhas, promover eventos e arrecadar fundos para a compra de alforrias. Muitas destas mulheres foram as integrantes da “ Sociedade das Cearenses Libertadoras,”, fundada e presidida por Maria Tomásia, um exemplo desse tipo de engajamento. A sociedade contava com a participação de diversas mulheres, cabendo aqui a alusão aos seus nomes e cargos na referida associação:

[...] Diretora Geral, Maria Tomásia Figueira Lima, 1.^a vice-diretora, Carolina Carlota Cordeiro; 2.^a vice, Luduvina Borges; 1.^a secretaria, Jacinta Augusta Souto; 2.^a dita, Elvira Pinho; tesoureira, Eugenia Amaral; diretoras, Virgínia salgado, Maria Faria de Oliveira, Joana Antônio Bezerra, Isabel Rabelo Silva, Francisca Rangel Bezerra, Luiza Torres de Albuquerque, Francisca Borges da Cunha Mamede, Isabel Vieira Teófilo, Jovina Jataí Branca Rolim, Francisco Nunes da Cunha, Francisca Joaquina do Nascimento, Jesuína de Paula Pimentel, Maria da Assunção dos Santos Castro, Maria Teófila Martins, Estefânia Nunes de Melo, Marieta Pio de Castro, Nerina Martins de Sá. (Oliveira, 1984, p. 159)

Essa organização composta exclusivamente por mulheres, foi responsável por ações que iam desde a realização de festas beneficentes até a articulação de redes de comunicação que difundiam os ideais abolicionistas.

Embora não seja o foco principal da pesquisa, não podemos deixar de tecer considerações sobre mulheres negras, tanto escravizadas quanto libertas, que também protagonizaram resistências e enfraqueceram as bases do sistema escravagista, protagonizando diversificadas formas de resistência. Um exemplo muito reconhecido no Ceará, foi a Tia Simoa, que participou da revolta dos jangadeiros, conseguindo visibilidade que a grande maioria de mulheres negras acabou não tendo (Girão, 1984).

A fundação da Sociedade Cearense Libertadora, em 1880, foi um outro marco importante, pois deu início a uma organização formal desse movimento, com figuras masculinas de destaque, como João Cordeiro e Justiniano de Serpa. Lisandra Moura (2022), Licínio Miranda (1986) e Carlos Rafael Caxilé (2005) destacam que o movimento só ganhou força plena graças à participação ativa de mulheres e ao protagonismo dos próprios escravizados e libertos.

CAPÍTULO II

IMAGENS PÚBLICAS: GÊNERO, E REPRESENTAÇÃO NA IMPRENSA ABOLICIONISTA CEARENSE

2.1 A inserção feminina na esfera pública e a gênese da Sociedade

A criação da *Sociedade das Cearenses Libertadoras*, em 1882 representou um marco na história da participação feminina na esfera pública oitocentista. Integrada majoritariamente por mulheres da elite letrada, a sociedade atuou de maneira decisiva na propaganda abolicionista e na consolidação do Ceará como a primeira província brasileira a extinguir oficialmente a escravidão. Esse movimento feminino, ainda que moldado por valores de moralidade e caridade, traduziu uma forma de intervenção política que ressignificou o papel social das mulheres cearenses diante da causa da liberdade.

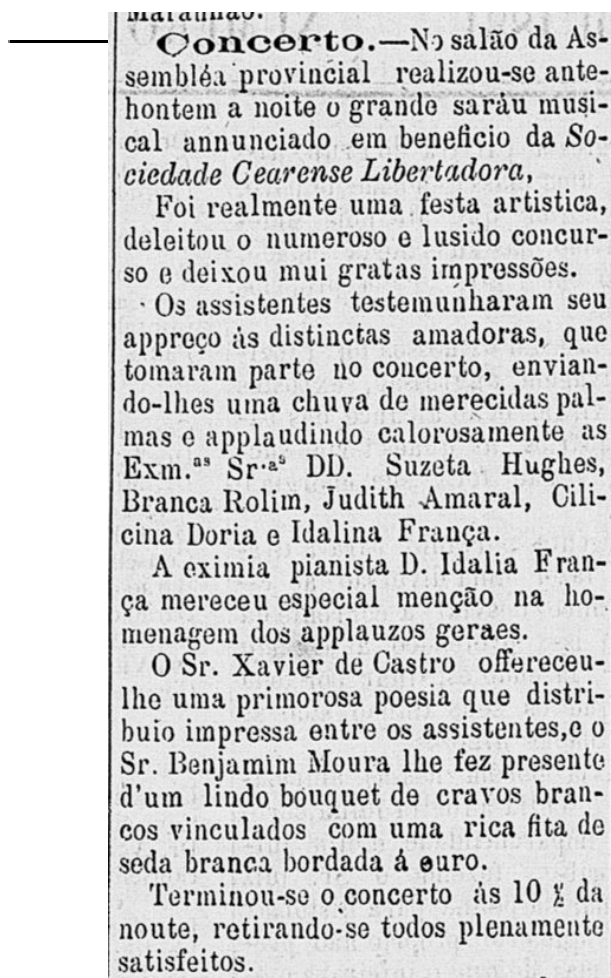
A composição da sociedade reflete a presença de pessoas com perfil identificado com os setores médios, ligados aos setores liberais e que costumavam atuar em jornais. À frente, como diretora-geral, estava Maria Tomásia Figueira Lima, acompanhada por Carolina Carlota Cordeiro, Luduvina Borges, Jacinta Augusta Souto, Elvira Pinho e Eugênia Amaral, entre outras. As fontes revelam que se tratava de mulheres com acesso à instrução e com vínculos familiares com figuras influentes no movimento abolicionista, o que lhes garantia prestígio e legitimidade social.

Essa rede de sociabilidade composta por famílias, instituições religiosas e periódicos foi fundamental para que suas ações ganhassem visibilidade e fossem reconhecidas pela opinião pública.. Nesse “sentido de qualquer texto [...] depende das formas que o oferecem à leitura, dos dispositivos próprios da materialidade do escrito”(Chartier 2010, p. 7-8). Essa observação ajuda a entender que a visibilidade das senhoras libertadoras se apoiava justamente na força simbólica da escrita e da imprensa.

A análise da atuação feminina no abolicionismo mostra que essas mulheres não se limitaram às tarefas domésticas ou caritativas, mas ocuparam espaços de decisão e articulação política. Essa presença ativa pode ser percebida nas sociedades e clubes abolicionistas criados por elas, bem como na preocupação com os direitos civis dos libertos aspectos ressaltados por Silva e Barreto (2014, p. 51) ao evidenciarem que as abolicionistas “não estiveram alheias aos problemas sociais decorrentes da liberdade dos escravizados”.

Um exemplo emblemático dessa inserção na esfera pública foi o sarau beneficente em prol da causa abolicionista, noticiado pelo Jornal *O Cearense*¹⁰:

Figura 4 – Sarau musical em benefício da Sociedade Cearense Libertadora, publicado Jornal *O Cearense*, 22 de jan 1881.



Fonte: *Jornal O Cearense*, 22 jan. 1881, p. 2. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira

¹⁰ O *Jornal O Cearense* foi um periódico de orientação liberal, fundado em 4 de outubro de 1846, em Fortaleza, por Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, Tristão de Araripe e Frederico Pamplona, sucedendo os jornais *Vinte e Três de Julho* (1840) e *A Fidelidade* (1844). Vinculado ao Partido Liberal, sob a liderança de Padre José Martiniano de Alencar, o periódico tinha por objetivo sustentar as ideias liberais, circulando inicialmente de forma semanal e, posteriormente, duas vezes por semana. Suas edições eram impressas em diferentes tipografias, como a Tipografia Brasileira de Paiva e Cia., e possuíam, em geral, quatro páginas, destinadas a notícias políticas, anúncios e textos de caráter educacional e literário. O jornal manteve circulação até 1891, tornando-se uma das principais fontes de debate político, cultural e educacional da província do Ceará no século XIX. Cf.: FERNANDES, Ana Carla Sabino. *A imprensa em pauta: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004; RODRIGUES, Jisaline Fagundes. *Jornal O Cearense: anúncios de livros de instrução e educação (1846 a 1856)*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021, p. 56–64, 75; LIMA, R. G. *Uma pequena história da impressão cearense no século XIX. Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 41–61, 2014; *O Cearense (CE) – 1846 a 1891*. Hemeroteca Digital Brasileira. Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/709506/1>. Acesso em: 3 nov. 2025.

A notícia mostra que o sarau não foi apenas um evento beneficente, mas um ato de visibilidade e afirmação pública das senhoras cearenses letradas. Ao subirem ao palco e se colocarem como protagonistas, elas transformaram um momento artístico em gesto político. O salão virou espaço de sociabilidade, onde a arte serviu como instrumento de apoio à liberdade e de inserção feminina na esfera pública.

Ao articular o estudo do texto com suas condições de produção, Chartier (2010, p. 14) lembra que é necessário “vincular o estudo dos textos [...] com o das formas que lhes conferem a própria existência e com aquele das apropriações que lhes proporcionam o sentido”. Aplicando essa perspectiva ao caso cearense, compreende-se que o jornal *Libertador*, ao publicar e nomear ostensivamente as senhoras, não apenas exaltava gestos de caridade, mas transformava-os em provas públicas de engajamento cívico, ampliando o impacto político da atuação feminina.

Ao analisar a presença feminina no abolicionismo cearense, percebe-se que a historiografia tradicional ainda tende a reduzir a atuação das mulheres à esfera da caridade. Cordeiro (2023) propõe outro olhar, evidenciando que essas mulheres construíram redes de sociabilidade, arrecadaram fundos e se engajaram politicamente em prol da causa libertadora. A autora enfatiza que a *Sociedade das Cearenses Libertadoras* foi concebida dentro de uma rede de movimentos abolicionistas já consolidados como a *Sociedade Cearense Libertadora* e o *Clube dos Libertos* e que sua criação representou uma ampliação das formas de engajamento possíveis às mulheres na época.

O jornal *Libertador*, órgão oficial da *Sociedade Cearense Libertadora*, destacou com frequência a atuação das senhoras libertadoras, utilizando uma linguagem de exaltação moral e religiosa para representar suas ações.

A seção intitulada “*O coração da mulher cearense*”, publicada no jornal *Libertador* em 17 de fevereiro de 1881, representa um dos primeiros registros da imprensa do Ceará que mencionava explicitamente a atuação feminina no movimento abolicionista. A análise do texto, permite compreender de que forma o discurso jornalístico construiu a imagem dessas mulheres e quais os limites e possibilidades dessa representação no contexto social da década de 1880.

O jornal exalta o papel das mulheres e associa sua atuação à ideia de patriotismo e de serviço coletivo. A redação é marcada por um tom de reverência, que valoriza as contribuições femininas e confere a elas uma dimensão exemplar dentro do movimento abolicionista. O trecho original, que iremos apresentar na sua totalidade entre análises por ser fundamental a esse trabalho revela intenção:

Na cruzada humanitária que o Ceará levantou em prol da mais santa das causas, a mulher cearense tomou a posição mais nobre — collocou-se na vanguarda.

Seu nome figurou logo na primeira página do livro que recolhia os suffrágios abolicionistas.

Seus serviços também não se fizeram esperar — e elas prestaram-nos com extremos de amor e dedicação.

Já consignámos, cheios d'sse orgulho que dá o amor da pátria, o muito que fizeram as senhoras cearenses no Bazar Expositor.

A mesma dedicação aos veio ainda pinhorar no concerto que teve lugar em benefício da sociedade Cearense Libertadora.

Desde então jamais apagaram-se de nossa memória os nomes das Exmas. Sras. D. D. Suzeta Hughes, Branca Rolim, Judith Amaral, Carmezina Dona e Cilicina Rolim.

[...]

A's palmas e aos louros que victoriarão seu talento e aprimorada educação artística, se juntaram os votos de gratidão e reconhecimento pelo mentorio serviço, que o Libertador ainda hoje rememora em nomeada sociedade que representa na imprensa.

[...]

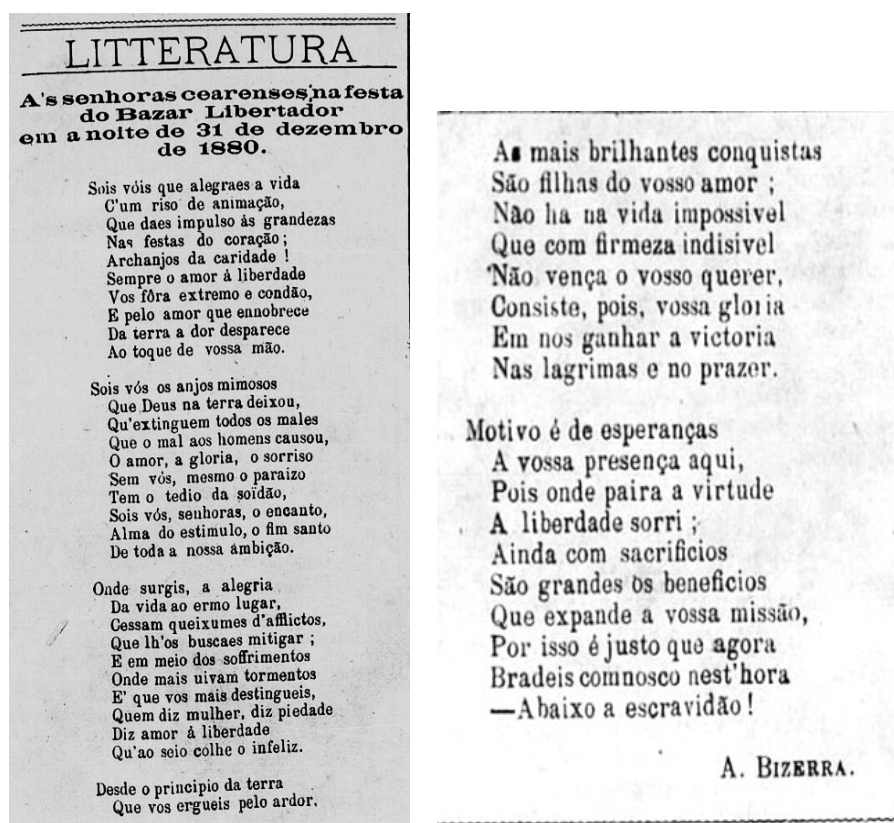
É assim o coração da mulher cearense. Dando-lhe o culto que bem merecem suas virtudes, o *Libertador* proclama-o à veneração da posteridade.

(*Libertador*, 17 fev. 1881, p. 2)

A partir desse trecho, observa-se que o jornal associa as mulheres à ação prática e à organização de eventos públicos, como o *Bazar Expositor* e o concerto beneficente, nos quais arrecadavam recursos para financiar alforrias e as atividades da sociedade libertadora. Ainda que o discurso seja permeado por elogios e sentimentalismo, o conteúdo evidencia que essas mulheres desempenharam papéis concretos no movimento abolicionista. A nomeação individual de Suzeta Hughes, Branca Rolim, Judith Amaral, Carmezina Dona e Cilicina Rolim, reforça a importância de suas contribuições e rompe com a tendência de anonimato feminino predominante na imprensa da época.

Seguindo essa mesma linha de exaltação à mulher cearense, a poesia da época também refletia o ideal de virtude e patriotismo associado à figura feminina. Um exemplo é o poema para as Senhoras Cearenses delas terem feito parte comissão, publicado no periódico *Libertador*, que reforça o tom sentimental e moralizador que marcava o discurso sobre o papel da mulher na causa libertadora:

Figura 5 – Trecho de artigo destinado às senhoras cearenses. *Libertador*, Fortaleza. 1881.



Fonte: *Libertador* (Fortaleza), 15 jan. 1881, edição 2, p. 9. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

O jornal *Libertador* não apenas relatava fatos, mas criava sentidos sobre a participação feminina, transformando essas mulheres em símbolos públicos da causa abolicionista. Bem de acordo com que observa Chartier (2010, p. 26), ao tratar sobre apropriações, dizendo que as mesmas: [...] dependem dos efeitos de sentido visados pelos textos, dos usos e significações impostos pelas formas de sua publicação”. As listas de nomes e as descrições das ações femininas funcionam, portanto, como dispositivos de legitimação social e política.

Essa estratégia discursiva de moralização da imagem feminina não é uma invenção do século XIX. Suas raízes podem ser encontradas, como mostra Mary Del Priore (2009), na formação colonial da sociedade brasileira, quando “o processo de adestramento pelo qual passaram as mulheres coloniais foi acionado por meio de dois musculosos instrumentos de ação: o discurso moral e o discurso médico” (Del Priore, 2009, p. 23). A autora ainda observa que, desde então, a mulher foi associada à pureza e à domesticidade, sendo “santificada” como mãe piedosa e esposa submissa (Del Priore, 2009). Essa herança cultural permaneceu ativa no final do século XIX, sustentando a retórica de virtude e sensibilidade presente nas

representações das senhoras libertadoras.

Mas não é só a questão do controle, que os autores dessa matéria queriam trazer. Ao destacar o “coração” e as “virtudes” da mulher cearense, o texto aproxima a luta pela abolição da ideia de progresso social e de orgulho provincial. O jornal *Libertador* transforma a figura feminina em símbolo de engajamento coletivo e amoroso, utilizando sua imagem para validar o movimento abolicionista como expressão legítima da sociedade cearense. Assim, o elogio à mulher tem um caráter estratégico: ao mesmo tempo em que reconhece a participação feminina, reforça uma narrativa de unidade e identidade regional em torno da causa da liberdade.

O documento deve ser interpretado dentro do contexto de efervescência abolicionista que marcou o Ceará entre 1880 e 1884. O ano de 1881 corresponde a um momento de organização das sociedades libertadoras e de crescente visibilidade da imprensa como ferramenta de mobilização política. O jornal *Libertador*, órgão oficial da Sociedade Cearense Libertadora, funcionava como porta-voz das campanhas de emancipação, divulgando eventos, nomes e doações, ao mesmo tempo em que construía um imaginário coletivo em torno da ideia de liberdade.

Nesse contexto, o artigo “O coração da mulher cearense” deve ser lido como parte de uma estratégia discursiva de propaganda. A presença das mulheres na narrativa pública servia para legitimar o caráter moral e civilizatório do movimento, demonstrando que a causa da abolição era compartilhada por diferentes segmentos sociais. Contudo, a forma como o texto as representa revela os limites dessa visibilidade: as mulheres são valorizadas pela sua colaboração, mas não aparecem como autoras de discursos ou formuladoras de ideias.

A atuação das mulheres costumava ser reconhecida, porém, esse reconhecimento trazia um tom paternalista que reforça os papéis de gênero vigentes. Sob a ótica chartieriana, essa estratégia textual demonstra como a escrita pública pode tanto ampliar quanto limitar a voz feminina. Ao advertir que “a autoridade conferida pela escrita é sempre produzida dentro de convenções que delimitam quem pode falar e de que modo” (Chartier, 2010, p. 25), o autor evidencia que o reconhecimento simbólico das mulheres cearenses se dava dentro dos códigos de gênero e moralidade do período.

Essa tensão entre visibilidade e controle não era exclusiva do caso cearense. Silva e Barreto (2014, p. 60) analisam fenômeno semelhante ao examinar a atuação das “Libertadoras Cearenses no Município da Corte”, grupo de mulheres que, embora exaltadas nos jornais de forma romântica, assumiram funções administrativas, discursavam em eventos públicos e elaboraram estatutos voltados à educação e à profissionalização de libertos. Para os autores, esse tipo de iniciativa revela uma prática política consciente, ainda que mediada pelos

códigos de moralidade do século XIX.

Também pode-se observar que o texto “O coração da mulher cearense”, antecipa um processo de ampliação da presença feminina na esfera pública, que se consolidaram nos anos seguintes com a criação da *Sociedade das Cearenses Libertadoras*, (1882) e com a libertação oficial de 1884. Assim, o artigo de 1881 representa um momento de transição: ele ainda se apoia em convenções tradicionais sobre o feminino, mas já registra sinais de mudança na publicização das ações das mulheres e sua integração às redes organizadas do movimento abolicionista.

Em uma de suas edições, o periódico descreveu as integrantes como “anjos da luz que, com suas virtudes e o seu coração piedoso” (*Libertador*, 14 de março, 1984 p.03”). Essa representação reforça a imagem da mulher abolicionista como símbolo de pureza e sensibilidade. O jornal exaltava as senhoras libertadoras como “anjos da luz” uma metáfora que, embora pareça elogiosa, reforça os limites impostos à ação feminina.

O que se observa ao analisar os discursos dirigidos às mulheres envolvidas na campanha abolicionista do Ceará, é a presença de uma retórica moralizadora, ao associar as mulheres à pureza e à piedade, transformava sua militância em extensão da domesticidade e não em ruptura política. A imprensa oitocentista frequentemente converte a ação feminina sob um verniz de virtude, evitando reconhecer seu caráter político.

Sobre essa representação simbólica da mulher, Silva (2014) explica que:

O excessivo destaque dado à figura masculina fez com que a figura feminina fosse vista a partir de uma ótica que podemos chamar ‘romântica’, ou seja, ao mesmo tempo em que a luta pela escravidão ganhava tons mais fortes por parte dos abolicionistas homens, a mulher representava a doçura, a esperança, frente aos duros castigos que os escravos africanos foram submetidos em terras brasileiras. (Silva, 2014, p.34-35)

Essa observação reforça que o envolvimento das mulheres na campanha abolicionista ultrapassava os limites morais atribuídos pela imprensa. De fato, “as mulheres combateram a escravidão com o mesmo fervor com que o fizeram os homens, utilizando palavras duras e perspectiva social” (Silva, 2014, p. 35), revelando que sua atuação possuía um claro conteúdo político e emancipador.

A imprensa do século XIX funcionava como um espaço ambíguo de visibilidade e controle das mulheres (Silva, 2014). Ao mesmo tempo em que difundia ideais de pureza e domesticidade, ela também abriu brechas para a atuação política feminina, sobretudo quando vinculada a causas consideradas moralmente elevadas, como a abolição. No caso do Ceará, a

imprensa abolicionista, em especial o jornal *Libertador*, foi um instrumento de legitimação do protagonismo das senhoras, permitindo que suas ações ganhassem dimensão pública sem romper de forma explícita com as normas patriarcais.

O movimento abolicionista deve ser compreendido como uma “rede de interações sociais que se constroi no curso de um conflito” (Diana apud Alonso 2014, p. 120), envolvendo uma pluralidade de indivíduos e associações. Assim, ao analisar a atuação da Sociedade das Senhoras percebe-se que essas mulheres integravam um amplo tecido relacional de mobilização, no qual as campanhas públicas pela abolição da escravidão se tornaram formas extraparlamentares de fazer política (Alonso, 2014). Nesse sentido, as mulheres cearenses apropriaram-se das práticas de sociabilidade política, reuniões, homenagens, desfiles e subscrições e as moldaram a partir de um repertório feminino, conciliando sensibilidade e militância.

O jornal *Libertador* registrou, em tom laudatório, que “as senhoras da sociedade cearense demonstram, com seu desvelo e patriotismo, o mais nobre sentimento de humanidade, libertando com suas próprias mãos os filhos de Eva ainda cativos” (*Libertador*, 2 abr. 1884 – “Homenagem às Senhoras da Sociedade Cearense”). Conforme observa Silva (2014), a imprensa cearense serviu de palco para difundir o abolicionismo, transformando as figuras femininas em símbolos de compaixão e patriotismo. Essa dimensão simbólica dialoga com Angela Alonso (2014) denomina “política dos afetos” a mobilização de sentimentos como piedade e sensibilidade cristã como força política.

2.2 Participação pública, tensões de classe e as lideranças femininas

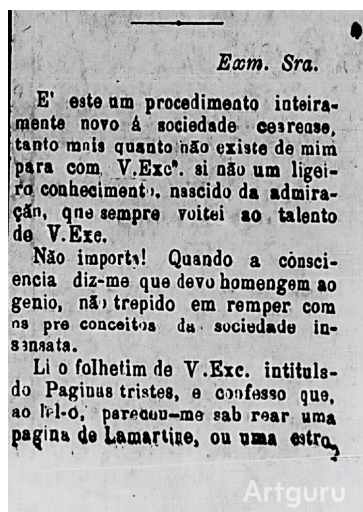
A visibilidade conquistada pelas senhoras libertadoras nas páginas dos jornais e nas cerimônias abolicionistas refletia um movimento mais amplo de inserção feminina no espaço público durante o século XIX. No entanto, essa inserção não significava emancipação plena, mas uma presença condicionada aos ideais de virtude e domesticidade impostos pela sociedade patriarcal.

Em seus estudos sobre a mulher no século XIX, Michelle Perrot (1998) destaca que essa presença no espaço público era marcada por ambiguidade, a mulher podia atuar fora do lar, mas apenas sob o manto da moral, da fé ou da caridade, formas socialmente aceitas de “autorização simbólica”. Nesse contexto, a figura feminina tornava-se uma espécie de “mulher pública consentida”, cuja visibilidade era tolerada apenas quando traduzida em

virtude. O elogio à pureza e à caridade funcionava, assim, como instrumento de controle, transformando o gesto feminino em sinônimo de moralidade e neutralizando seu potencial político.

Em jornais liberais, como *O Cearense*, o discurso reforçava a ideia de que a mulher poderia ser instruída e virtuosa, mas não participante da política. A imagem (Figura 6), abaixo, de 1884, que trazemos apesar da dificuldade de leitura por ser muito esclarecedora sobre a percepção, mesmo de homens ilustrados sobre o lugar da mulher na sociedade, mostra esse pensamento ao responder a uma leitora do jornal, revelando limites simbólicos impostos à atuação feminina.

Figura 6 – Fragmento da “Resposta de Enrico Azevedo”, publicada em *O Cearense*



phe do magico poema de Berárdin de Saint Pierre.

A palavra de V.Exc. corre tão certa á alma, que o sacrificio heroico da Maria teria-me arrancado alguma lagrima como obrigou m'o outrora a sorte de Virginia, si o coração já não o tivessem crastado as tempestades do mundo.

Mas não é só a palavra incisiva de V.Exc. que eu almiro. E' o colorido da phrase simples e natural, onde a arte não pôde penetrar: E' o bom gosto, esta sensitiva delicados e p'ritos eultos, como o chamou o auctor de Iracema, é em fim, este mundo de harmonia, que valeu ao immortal cantor dos pescadores de Prociia o qual ficat vo de o monoton e bello como a noite, como a lua no céu e o som das ondas.

Não penso V.Exc. que faça uma critica á vossa bella produçã.

Nã! Nem os limites de uma carta, nem o meu labor academico, me permittiriam agora devassar o mundo da litteratura, para junctar-me com Dante na profunda escuridão do imperio das trevas, ou com Ossian chorando as desgraças de S'lima, ou como Shakespeare, narrando as desventuras do rei Lear, por sobre as gorgalhadas da tempestade.

O meu fim, como já disse, é render preito ao talento de V.Exc. e pedir-vos, em nome das letras patrias, que continue V.Exc. a illustrar a litteratura brasileira com o acorde de vossa alma poetica.

acorde de vossa alma poetica.

O trabalho de V.Exc. não é novo em seu genero; mas o é em vossa alma e em nossa provincia, onde a mulher, esta fada encantada do avido deserto da vida é felizmente ainda um exilio o lugar, que lhe cabe na hierarchia social.

Coisa fto é para lastimar!

Quem, melhor do que a mulher, poderia vibrar as cordas da lyra, recordando esses poemas hje m'ro, mas que deviam estar na mente do povo, por que também encerram uma hi toria?

Sim! Devia ser a mulher, esta magica creatura.

V.Exc. sente o peso desta verdade, e quantas vezes n' devanear poetico não procura sociosa uma companheira, no campo da litteratura?

V.Exc. está só e muito tem que lutar, porque a mulher cearense está em trevas, onde tem percido o germem que brotou na alma de Mm. de Smael, de Gergr Sni e ti brilhantemente no coração de V.Exc.

Mas donde vem essa tristeza? Sera. o povo cearense refractario ao progresso?

Não! Este povo, onde a iniciativa está em tudo, não podia furtar-se a marcha a v lutiva do seculo.

Acorrenta lhe, porem uma idéa do passado, e elle não pode dar um passo nessa questão philosophica que se chama educação da mulher não pôde ainda romper com o absurdo dos que pensam que o fim socia da mulher é ser mãe, fim este para que, dizem, a educação é inutil.

Não! Não comprehendio a mulher politica, mas comprehendio a mulher derudita, a mulher sabia, que leve ao seio da familia a luz em vez das trevas, o progresso em vez da da sordem.

Basta! E perdoe-me V.Exc. minhas enfadonhas considerações, que por certo, teriam abordecado, si não contasse eu que as cabeças intelligentes tem sempre benevolencia para quem, como eu, subcreve-se.

Corte. 19 de Outubro de 1883.

Admirador e crioulo.

Enrico Azevedo.

Esse posicionamento de Azevedo, ao afirmar que: “não compreende a mulher política, compreende a mulher erudita, a mulher sábia, que leve ao seio da família a luz em vez das trevas, e o progresso em vez da desordem”, evidencia que, mesmo em ambientes progressistas, a presença das mulheres era tolerada apenas quando associada à moral e à sensibilidade, e não à ação política. Essa visão contrasta com o discurso do jornal *Libertador*, no qual, apesar do tom moralizante, as mulheres conquistaram visibilidade e reconhecimento como agentes da causa abolicionista.

No caso das senhoras libertadoras do Ceará, essa lógica também se reproduziu. O jornal *Libertador*, ao descrever as integrantes da sociedade como “anjos da luz” e “mães da pátria”, reforçava a retórica de domesticação mencionada por Perrot (1998), convertendo o gesto político em extensão da virtude doméstica. A própria autora observa que “uma mulher em público está sempre deslocada” (Pitágoras, apud Perrot, 1998 p. 8), o que evidencia que sua presença no espaço público exigia disfarçar a visibilidade sob o discurso da modéstia e da devoção, permanecendo dentro dos limites moralmente aceitos.

É necessário compreender essa discussão sobre gênero, pois trata-se de uma categoria histórica e relacional, estruturada por relações de poder (Scott, 2019). “o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 2019, p. 21). Essa concepção permite compreender que a inserção das senhoras libertadoras no espaço público não deve ser vista apenas como conquista social, mas como resultado de processos simbólicos que naturalizavam as hierarquias de gênero e definiam os limites de sua atuação.

O poder político, como categoria histórica, é ele próprio uma construção de gênero. Como demonstra Joan Scott (2019), essa estrutura de autoridade se sustenta na exclusão das mulheres de sua prática e legitima-se por meio da oposição entre o masculino e o feminino. A Scott afirma que:

A alta política, ela mesma, é um conceito de gênero porque estabelece a sua importância decisiva de seu poder público, as razões de ser e a realidade da existência da sua autoridade superior, precisamente graças à exclusão das mulheres do seu funcionamento. O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina. Desta forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, os dois, parte do sentido do poder, ele mesmo. Colocar em questão ou mudar um aspecto ameaça o sistema por inteiro. (Scott, 1989, p.27)

Esse trecho evidencia que a própria noção de poder político é estruturada pela exclusão feminina. O espaço público, historicamente masculinizado, legitima-se por meio da oposição simbólica entre o masculino associado à razão e à autoridade e o feminino identificado com a emoção e a moralidade. Assim, a presença das mulheres nas arenas políticas e sociais do século, pressionava, de modo quase dissimulado, as bases do sistema que sustentava a separação entre as esferas pública e privada.

O discurso abolicionista, embora progressista para o período, mantinha em seu interior as hierarquias de gênero vigentes. A mulher podia atuar, mas apenas como mediadora moral, não como cidadã política. Como sintetiza Perrot (1998, p. 11), “certos limites se deslocam mais do que outros”, o que revela que a atuação feminina no espaço público ocorria por brechas sutis, através de um poder indireto e de influência, mais aceito socialmente do que o de decisão. Sob essa perspectiva, o que se percebe é que a atuação feminina operava dentro de uma gramática de poder, que pode ser decifrada justamente através do gênero, entendido como “uma categoria útil de análise histórica porque oferece um meio de decifrar a maneira como o poder é concebido, legitimado e articulado nas sociedades” (Scott, 1989, p. 18).

As senhoras libertadoras, ao dirigir associações, organizar quermesses e discursar em público, apropriaram-se desse espaço permitido e o ampliaram, alargando as fronteiras do aceitável sem romper completamente com a moral vigente no período. Acabavam sendo louvada tal participação, que sob o olhar masculino, assumia ares de santificação.

O envolvimento das mulheres nas comemorações cívicas da abolição também foi amplamente noticiado. Durante a *Marcha Cívica* de abril de 1884, *Libertador* destacou a presença das senhoras libertadoras entre as principais figuras do evento: “Dominados do maior entusiasmo, desde as quatro horas da tarde começaram a reunir-se... por entre as ondas do povo, surgiam em alas todas as classes e corporações, e as senhoras libertadoras, coroadas de flores, eram recebidas com vivas e aplausos” (*Libertador*, 16 abr. 1884). A cena evidencia a incorporação da mulher nas manifestações públicas, antes restritas ao espaço masculino, e simboliza a aceitação social na participação de mulheres.

A força do abolicionismo brasileiro reside justamente em sua capacidade de articular “estratégias de mobilização variadas, como ações simbólicas, manifestações e difusão de ideias” (Alonso, 2014, p. 121). As senhoras libertadoras reproduziram esse modelo de atuação, transformando a beneficência em instrumento político. Suas campanhas de arrecadação, os saraus e as cerimônias religiosas, embora revestidos de moralidade e fé, constituíam verdadeiros espaços de propaganda abolicionista.

Essas mulheres souberam utilizar as ferramentas que a sociedade patriarcal lhes permitia a religiosidade, a caridade e a moralidade para agir politicamente. Como observa Angela Alonso (2014), o abolicionismo feminino se expressou em uma “política dos afetos”, que mobilizava virtudes tradicionalmente femininas em prol de uma causa pública. Tal lugar que acciona a ideia somente de emoção, já colocada em outros momentos desse texto, também pode ser observada quando da abolição da escravidão do Ceará, quando o jornal *Libertador* na edição de 25 de março de 1884, traz em quase todas as páginas, textos de celebração à abolição da escravidão na província, advertindo que ocorrera no dia da Conceição da Virgem, aquela que deu ao mundo o grande libertador. Trazendo a mulher para o espaço das mobilizações, mas pela mão de lideranças masculinas, observa o redator ao citar alguém que não lembrava, no pronunciamento de um discurso, o seguinte: “Mas, quando vos faltasse a adesão que é de esperar, tereis ainda a quem fazer um apelo; tereis o coração da mulher cearense – santuário sempre aberto às obras de caridade”. (*Libertador*, 25, mar. de 1884, p.4).

No caso cearense, as senhoras libertadoras transformaram a beneficência em instrumento de mobilização social, convertendo o ideal de “boa cristã” em um papel ativo na luta pela emancipação dos escravizados. Essa mediação entre os papéis tradicionais e a ação política permitiu que elas transitassem com relativa liberdade entre o lar e a praça pública, legitimando sua atuação sem romper explicitamente com as convenções de gênero do período.

CAPÍTULO III

A SOCIEDADE CEARENSE LIBERTADORA: ORGANIZAÇÃO E AÇÕES

3.1 Formação e composição da Sociedade

A Sociedade das Cearenses Libertadoras surgiu como um desdobramento da Sociedade Cearense Libertadora. Segundo Raimundo Girão (1984), tratava-se de uma associação formada por mulheres de famílias tradicionais, ligadas por laços de parentesco a políticos, jornalistas e comerciantes influentes da capital.

Embora a historiografia tenha consagrado o protagonismo masculino na campanha abolicionista, “inúmeras mulheres também agiram em prol dos cativos” (Silva apud Barreto 2014, p. 51), criando clubes, jornais e associações que desafiaram a estrutura patriarcal do Império. Essa leitura amplia o entendimento sobre a Sociedade das Cearenses Libertadoras, que não deve ser vista apenas como um apêndice moral da Sociedade Libertadora, mas como parte de um movimento nacional de mulheres que assumiram papéis ativos na esfera pública.

A ocorrência de pouco estudos sobre a participação feminina na historiografia da abolição no Ceará tem contribuído para a invisibilidade de suas protagonistas, embora a atuação de entidades como a *Sociedade das Cearenses Libertadoras* tenha sido decisiva para a conquista da liberdade na província (Cordeiro, 2023). Sendo assim “à mulher, não foi dado o devido protagonismo na luta abolicionista cearense”, portanto, necessário “corrigir as omissões quanto ao seu papel, em específico, nesse importante momento histórico” (Cordeiro, 2023, p. 129)

A fundação da *Sociedade Cearense Libertadora*, em dezembro de 1880, representou uma nova fase da campanha abolicionista, na qual “as famílias mais ilustres da capital” se reuniam em torno de um ideal comum. O autor observa que as esposas e filhas dos líderes da Sociedade, como João Cordeiro e José do Amaral, participavam ativamente das sessões e festividades, “emprestando o brilho do sentimento e da fé às cerimônias de libertação”. (Girão, 1984, p. 152–153)

As seis dirigentes centrais; Maria Tomásia Figueira Lima, Carolina Carlota Cordeiro, Luduvina Borges, Jacinta Augusta Souto, Elvira Pinho e Eugênia Amaral, confirma o caráter homogêneo da composição social da sociedade. Todas pertenciam à elite urbana de Fortaleza,

possuíam instrução formal e mantinham vínculos familiares com os principais líderes abolicionistas.

Cordeiro (2023) detalha que a *Sociedade das Cearenses Libertadoras* foi fundada em 18 de dezembro de 1882, em uma chácara pertencente a José do Amaral, no Benfica, e instalada oficialmente em 6 de janeiro de 1883, no Clube Cearense. O mesmo autor ainda enfatiza que já em sua fundação, seis pessoas escravizadas foram libertas, demonstrando o caráter prático e simbólico do engajamento das mulheres. A solenidade de sua instalação foi marcada por grande entusiasmo popular. As famílias abolicionistas e as mulheres da elite fortalezense participaram ativamente das cerimônias de alforria, emprestando à causa um caráter cívico e moralmente aceito. A presença das senhoras, especialmente de Maria Tomásia, deu novo tom ao movimento, unindo “o sentimento e a fé” à militância abolicionista. Girão (1884).

Maria Tomásia Figueira Lima, nascida em Sobral em 6 de dezembro de 1826, foi a principal líder e diretora-geral da sociedade. Destacou-se pela capacidade de oratória e pela condução de reuniões públicas, nas quais assinava cartas de alforria e pressionava autoridades pela abolição. Casou-se duas vezes, primeiro com Rufino Furtado de Mendonça e, posteriormente, com o abolicionista Francisco de Paula de Oliveira Lima. Sua atuação extrapolou os limites da capital: visitava municípios do interior do Ceará, promovendo campanhas de libertação de escravizados, o que demonstra um papel ativo e itinerante incomum entre as mulheres de sua condição social.

Maria Tomásia esteve presente em diversas solenidades públicas em Acarape, Pacatuba e Maranguape discursando e representando oficialmente a sociedade Girão (1984). Seu protagonismo era reconhecido publicamente, sendo descrita pelo jornal *Libertador*:

Representante das «Cearenses Libertadoras», alma, vida e actividade d'essa gentil associação, que tanto concorreu para o grande successo de 25 do Março, subiu á tribuna a Exm.^a Sr.^a D. Maria Thomazia, que com phrase singela o angélica tocou todos os corações, derramando em todas as almas os enffuvios ardentes de seu entusiasmo e dedicação á causa sacrosanta dos captivos. (*Libertador*, 2 de abr. 1884, p.2)

Carolina Carlota Cordeiro, primeira vice-diretora da Sociedade das Cearenses Libertadoras, foi responsável pela arrecadação de fundos, voltadas à libertação de pessoas escravizadas. Era casada com o militar e político João Cordeiro, figura de destaque na luta abolicionista cearense. Filha do médico José Lourenço de Castro e Silva que deixou renome nos anais da medicina e da política no Ceará e de Maria Amélia de Brito, natural do Rio de

Janeiro, Carolina nasceu em 19 de junho de 1852. Casou-se em 23 de janeiro de 1875, mãe de seis filhos. Faleceu em 1º de abril de 1884, vítima de beribéri, pouco tempo após o triunfo da abolição no Ceará, fato que confere um caráter simbólico à sua trajetória, vinculada à fase final da campanha libertadora. (Girão, 1984, p.155)

Luduvina Borges, segunda vice-diretora, também colaborava na arrecadação de fundos e na organização das reuniões. Apesar da escassez de registros biográficos, é possível inferir, a partir das atividades exercidas, que sua inserção na sociedade seguia o perfil de mulheres instruídas e vinculadas à elite local, que utilizavam suas redes sociais e familiares para viabilizar a causa abolicionista.

Jacinta Augusta Souto, conhecida também como Dondon Souto, foi a primeira secretária da Sociedade das Cearenses Libertadoras. Uma mulher de grande inteligência e sólida formação, era filha do Dr. Gonçalo Souto, senador estadual e deputado federal em diversas legislaturas. Reconhecida por suas habilidades artísticas especialmente na pintura e por sua capacidade de articulação, Jacinta destacou-se na coordenação de campanhas e eventos voltados à causa abolicionista. (Girão, 1984 p.155)

Elvira Pinho, nascida em Maranguape (CE) em 12 de julho de 1860 e falecida em 27 de agosto de 1946, representa o elo entre a militância abolicionista e a educação. Filha de Reginaldo Benévolo Ferreira de Pinho, sobralense, e de Eugênia Correia de Pinho, pertencia a uma família de forte tradição pública: era irmã de Jaime Benévolo, do general Francisco Benévolo figura de destaque na Proclamação da República, por sua proximidade com o Marechal Deodoro e de Odilon Benévolo, comandante do Batalhão Acadêmico na revolta de Custódio José de Melo (Girão, 1984, p.154). Formada no Colégio da Imaculada Conceição, em Fortaleza, em 1877, Elvira atuou inicialmente como professora do ensino primário público na capital, dedicando-se posteriormente ao magistério musical. O ensino de piano, que exerceu até a velhice, tornou-se uma das formas de sua contribuição à sociedade, somando-se ao trabalho em diversas obras de assistência social.

No interior da Sociedade das Cearenses Libertadoras, Elvira desempenhou papel ativo na organização de eventos, campanhas de conscientização e apresentações beneficentes, nas quais frequentemente atuava como pianista. Sua trajetória demonstra como a educação feminina e a prática musical foram transformadas em instrumentos de engajamento cívico e político, permitindo que mulheres como ela participassem, de modo expressivo, da campanha abolicionista cearense.

Por fim, Eugênia Amaral, tesoureira da associação, ficou responsável pela organização financeira da entidade, garantindo os recursos necessários para a compra de

alforrias e a realização de eventos beneficentes. Casada com Francisco Laurindo Souto Maior, era irmã de José de Amaral e prima de Elvira Pinho. Eugênia demonstrava o papel administrativo que algumas mulheres passaram a exercer em um contexto em que a economia doméstica e a filantropia feminina se entrelaçavam com as ações emancipatórias. (Girão, 1984, p.155)

Ainda que pertencessem a diferentes camadas sociais e tivessem experiências distintas, essas mulheres compartilharam a atuação em prol da causa abolicionista. Embora mantivessem o discurso moral esperado de seu gênero na época, construíram uma plataforma de ação política inédita, articulando o capital simbólico da elite à causa popular da abolição. Assim, como destaca a pesquisa, a luta pela liberdade no Ceará também foi uma luta pela redefinição dos papéis femininos, na qual a presença dessas senhoras educadas, influentes e articuladas abriu caminhos para novas formas de protagonismo feminino na esfera pública oitocentista.

Apesar de compartilharem posições privilegiadas na sociedade, essas mulheres apresentavam trajetórias e formas distintas de engajamento. Embora mantivessem o discurso moral esperado da época, construíram uma plataforma de ação política, articulando o capital simbólico da elite à causa popular da abolição. Assim, como destaca a pesquisa, a luta pela liberdade no Ceará também foi uma luta pela redefinição dos papéis femininos, na qual a presença dessas senhoras educadas, influentes e articuladas abriu caminhos para novas formas de protagonismo feminino na esfera pública oitocentista.

Essa reconfiguração dos papéis femininos não se limitou ao espaço associativo e filantrópico. Em outras regiões do país, o engajamento abolicionista também se manifestou por meio da escrita literária. Segundo Rafael Balseiro Zin (2022), escritoras como Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida transformaram a literatura em instrumento de combate à escravidão, articulando discursos de liberdade, justiça e igualdade a partir de um espaço ainda mais restrito às mulheres o da produção intelectual.

Ao lado das senhoras libertadoras cearenses, essas autoras representam dimensões complementares da luta abolicionista: enquanto umas atuavam na arena pública, organizando campanhas e mobilizando recursos, outras desafiavam o patriarcado pela palavra escrita, questionando as estruturas sociais e políticas que sustentavam o cativeiro.

Assim, tanto nas páginas dos jornais e romances quanto nas reuniões e bazares beneficentes, o abolicionismo feminino do século XIX configurou uma rede de ação ampla e multifacetada, que uniu mulheres de diferentes regiões e classes sociais em torno do ideal comum da liberdade.

Essas mulheres, com perfis distintos, mas unidas pela os locais que frequentavam ou por parentes e pela causa comum da abolição, revelam a diversidade social e intelectual que compunha a Sociedade das Cearenses Libertadoras .

A seguir, apresenta-se um quadro sintetizando as principais informações sobre algumas de suas integrantes e seus respectivos papéis na instituição:

Tabela 1 – Mulheres da Sociedade das Senhoras Libertadoras

Nome	Local e Ano de Nascimento	Atuação/Função na Sociedade	Casada ou parente influente	Pais
Maria Tomásia Figueira Lima	Sobral, 6 de dezembro de 1826	Diretora-geral; liderança principal da Sociedade; articulava campanhas e assinava cartas de alforria.	1º marido de Tomazia Rufino Furtado de Mendonça; ela fica viúva e casa novamente com o 2º Francisco de Paula de Oliveira Lima	Pertencendo às linhagens Figueira de Melo, Xerez e Viriato de Medeiros
Carolina Carlota Cordeiro	Fortaleza, 19 de junho de 1852	Primeira vice-diretora; responsável pela arrecadação de fundos	Casada com João Cordeiro	José Lourenço de Castro e Silva e Maria Amélia de Brito
Luduvina Borges	–	Segunda vice-diretora; colaborava na arrecadação de fundos e na organização das reuniões.	–	–
Jacinta Augusta Souto (Dondon Souto)	–	Primeira secretária; coordenava campanhas e eventos abolicionistas; habilidades artísticas.	–	Dr. Gonçalo Souto
Elvira Pinho	Maranguape (CE), 12 de julho de 1860	Organizava eventos, campanhas e apresentações musicais; atuava na educação e beneficência.	Irmã de Jaime Benévolo e do general Francisco Benévolo	Reginaldo Benévolo Ferreira de Pinho e Eugênia Correia de Pinho
Eugênia Amaral	–	Tesoureira; responsável pela organização financeira e	Casada com Francisco Laurindo Souto	–

		recursos para alforrias.	Maior e prima de elvira	
--	--	-----------------------------	----------------------------	--

Fonte: Adaptada pela autora a partir da obra de Girão e jornal *Libertador* (1984, p.154 - 156).

3.2 Edição n.1 do jornal *Libertador*: ações e estratégias de atuação

O abolicionismo brasileiro constituiu-se como um movimento social moderno, articulando redes de sociabilidade, comissões, imprensa e manifestações públicas em torno de uma causa moral e política, como foi observado pela Alonso (2014). A análise da primeira edição do jornal *Libertador*, datada de 1º de janeiro de 1881, permite observar de forma concreta como as mulheres cearenses começaram a ocupar o espaço público no interior do movimento abolicionista.

O periódico, órgão da “Sociedade Cearense Libertadora”, dedicou parte significativa de suas páginas à exaltação das “senhoras cearenses”, retratando-as como símbolos morais e colaboradores indispensáveis da causa. Contudo, essa representação está longe de ser neutra. Ao situar as mulheres como musas e inspiradoras da liberdade, o jornal reproduz o modelo de feminilidade oitocentista, que associa o feminino à virtude e ao sentimento, delimitando sua ação à esfera moral e afetiva. Ao mesmo tempo em que confere visibilidade às mulheres, o texto as aprisiona em uma retórica que reitera papéis tradicionais de gênero. Segundo Silva e Barreto (2014, p. 59), a retórica da imprensa oitocentista oscilava entre o elogio e a tutela das mulheres abolicionistas. Ao mesmo tempo em que as exaltava como símbolos morais, “abençoava-as e tutelava esse movimento nas páginas da imprensa carioca”. Essa padrão também se verifica em *Libertador*, que, ao enaltecer as “filhas de Moema”, converte o protagonismo político em devoção sentimental.

No artigo intitulado “As Senhoras Cearenses”, o jornal escreve:

Mimosas filhas de Moema, generosa e santa seiva do coração cearense! A vós que tendes a virtude de crear em vossos regaços de mães varões illustros como Alencar — o espelho de vossa alma plena de poesia e amor; ou Sampaio — a apothese do vosso coração viril e esforçado de heroísmo, a vós viemos depor aqui em face do mundo, sobre o altar das liberdades públicas — a imprensa — um voto de sincera gratidão, um brado de jubiloso entusiasmo pelo modo extremamente patriótico com que acudistes ao reclamo da bemdita idea da emancipação dos escravos que gemem ainda sob o nosso esplêndido céu, nos ferros do cativoiro. (Libertador, 1 jan. 1881, p. 2).

A escolha de expressões como “mimosas” “filhas de Moema” já que essas expressões se utilizavam para referir-se às mulheres que eram graciosas e delicadas e para as mulheres da

elite nativa de forma lírica, o que revela um discurso fortemente sentimental e idealizado. Mas também tem outra função, ao empregar tais termos, o jornal identifica essas mulheres como pertencentes à elite local, civilizadas e instruídas as únicas consideradas moralmente aptas a representar o “coração cearense”. A idealização, portanto, serve para naturalizar o protagonismo da elite branca, deslocando para ela o mérito da causa abolicionista

As senhoras cearenses são apresentadas como mãe, musa e inspiradora moral, cuja virtude legítima e abençoa a luta pela liberdade. A metáfora religiosa (“altar das liberdades públicas”) e a linguagem de devoção não apenas enaltecem, mas as domesticam, transformando-o em um ato de amor e sacrifício moral e não em um ato de protagonismo cívico. O jornal suaviza o impacto de sua presença na esfera pública, tornando-a socialmente aceitável. O discurso transforma a militância em extensão do amor materno e da fé cristã, neutralizando seu potencial de ruptura. Trata-se, portanto, de uma linguagem que emancipa e doméstica ao mesmo tempo concede visibilidade, mas dentro dos limites do decoro e da moral patriarcal.

Apesar dessa retórica paternalista, *Libertador* também fornece indícios concretos de organização e mobilização feminina efetiva. Na mesma edição, é publicada a relação das comissões de senhoras responsáveis pelo bazar expositor de prendas destinado a arrecadar fundos para o movimento:

A Diretoria da sociedade ‘Cearense Libertadora’, de acordo com a da ‘Perseverança e Porvir’, resolveu em sessão de 22 de dezembro promover um bazar expositor de prendas [...] Foram organizadas e convidadas as comissões especiais que assim ficaram compostas:

1. Commissão Exmas.
senhoras
D. Virgínia da Rocha Salgado,
«Maria Farias de Oliveira,
«Francisca Borges Mamede,
«Izabel Vieira Theófilo,
«Sabina Theófilo Padilha,
«Cilicina de Moura Rolim e
« Estefânea Nunes de Mello.”
2. Commissão Exm.
senhoras
D. Francisca Correia da Cunha
« Ludovina Borges
« Maria José Mendes Pacheco
« Antonia Vieira da Cunha
«Maria Borges da Cunha.
(*Libertador*, 1 jan. 1881, p. 3).

O bazar, à primeira vista um evento beneficente, era na verdade um espaço de articulação política e econômica. Por meio dele, as senhoras cearenses mobilizavam recursos, criavam redes de solidariedade e legitimavam publicamente o abolicionismo. As comissões formadas e nomeadas pelo jornal evidenciam que essas mulheres participavam da engrenagem organizacional do movimento, ainda que sob o rótulo da “benevolência”.

Ao tornar público o nome dessas participantes, o jornal não apenas reconhece seu papel, mas constrói uma memória social do engajamento feminino, ainda que controlada por um olhar masculino. Em outras palavras, *Libertador* funcionava como espaço de negociação simbólica: as mulheres conquistam visibilidade, mas essa visibilidade é mediada, filtrada e moldada por códigos patriarcais.

Em outra passagem, o jornal manifesta publicamente gratidão a essas mulheres:

A sociedade Libertadora vai inserir na ata de sua próxima sessão um voto de gratidão e de louvor às distintas comissões promotoras de prendas para o bazar, e com especialidade às Exmas. senhoras que tão bem souberam transformar os seus belos sorrisos em bendito orvalho para germinar a semente da generosa ideia abolicionista. (*Libertador*, 1 jan. 1881, p. 3).

A retórica da gratidão confirma o reconhecimento público da presença feminina, mas, simultaneamente, reforça o enquadramento simbólico de suas ações como extensões da afetividade doméstica. Tal contradição é abordada por Silva e Barreto (2014, p. 61), que afirmam ser necessário “desconfiar dessa formatação” construída pelos periódicos, pois, apesar da linguagem paternalista, os estatutos e discursos das sociedades femininas revelam um posicionamento político claro em prol da liberdade. A análise do jornal *Libertador* confirma, assim, o tensionamento entre discurso moralizador e prática emancipatória. Os “belos sorrisos” e o “bendito orvalho” transformam o esforço político e material das mulheres em gestos de ternura, deslocando a centralidade da ação para o campo da sensibilidade.

Ainda assim, é notável que o jornal atribui às mulheres um papel organizativo formal um avanço em relação à exclusão total do espaço público, comum a outros contextos oitocentistas. As comissões femininas representavam uma forma legítima de inserção política, adaptada aos limites impostos pela sociedade patriarcal. O espaço da filantropia e do bazar atividades compatíveis com o ideal de feminilidade tornava-se, paradoxalmente, um território de ação política indireta, por meio do qual as mulheres puderam articular apoios, captar recursos e difundir ideias abolicionistas.

A análise do jornal revela que a visibilidade concedida às mulheres estava subordinada a um projeto masculino de controle simbólico. Mesmo quando o periódico reconhece sua

importância, o faz dentro de uma moldura retórica que reafirma a tutela moral dos homens sobre elas. Um exemplo evidente aparece na fala atribuída ao presidente da província, relatada pela redação:

Observou-nos que era mister prestar toda a atenção para o ponto moral da ideia: a proteção e educação dos libertos, especialmente aos infantes e às mulheres, o que estas deviam ser muito mais cuidadas como pontos preliminares da educação da família. (Libertador, 1 jan. 1881, p. 5).

Nesse trecho, as mulheres aparecem como objeto de cuidado e educação, e não como agentes educadoras ou formuladoras de projeto. A preocupação expressa pelo governante traduz o olhar institucional de sua época: as mulheres deveriam ser protegidas e formadas, não ouvidas nem consultadas. Assim, mesmo em um periódico progressista e engajado, a hierarquia de gênero se mantém inalterada.

Outro momento revela o tom jocoso e moralizante com que o jornal lida com a relação entre os sexos. Em nota de humor, o periódico ironiza um homem que se recusou a contribuir com o bazar feminino:

Verificou-se e está provado que o homem quo negou uma pequenina offerta a .sympathica comissão senhoras, sob o futil pretexto de....ser outra idéia (logc.é escravocrata) amante .da loi de setembro de 1871 (tartufo !...) não ter comparecido inauguração da sociedade, pois que as senhoras DEVIAM TER NOTADO .A—SUA AUZENCIA—(! ?...) (Libertador, 1 jan. 1881, p. 4)

A ironia tem duplo efeito. Por um lado, demonstra que as mulheres possuíam autoridade simbólica suficiente para constranger socialmente um homem. Por outro, reforça a visão moralizada da sua influência: não se trata de poder político, mas de um poder de natureza afetiva e reputacional. O prestígio feminino é usado como instrumento de pressão moral, e não como base de autoridade cívica.

Nessa análise da primeira edição do jornal *Libertador* revela o modo como a elite feminina cearense foi inserida no movimento abolicionista por meio de uma retórica de honra, virtude e caridade. Essas mulheres da elite utilizaram os recursos simbólicos do seu gênero e da sua posição social para legitimar sua presença pública, transformando o espaço da filantropia em território de ação política indireta. Contudo, o discurso que as celebrava também as confinava construindo uma imagem de mulher abolicionista dócil, maternal e patriótica, cuja força residia na sensibilidade, e não na razão ou na ação social política.

Assim, ao mesmo tempo em que o jornal *Libertador* reforça a estrutura patriarcal, ele também testemunha que existiam fissuras dessa estrutura, o momento em que o “lar” começa a se projetar sobre a esfera pública. É nesse ponto de tensão, como indicam Alonso (2014) e Silva e Barreto (2014), que o abolicionismo feminino deve ser compreendido: não como submissão, mas como negociação constante entre visibilidade e controle, moral e política, domesticidade e emancipação.

3.3 - Vozes populares e protagonismos invisibilizados: o caso de Tia Simoa

A presença das mulheres nas campanhas abolicionistas não se restringiu à elite letrada ou às senhoras das sociedades de beneficência. O abolicionismo cearense também foi sustentado por mulheres populares, cujas ações raramente deixaram registros oficiais. Entre essas figuras, Tia Simoa ocupa um lugar simbólico na memória oral e na tradição historiográfica posterior, sendo constantemente evocada como representante das mulheres do povo na luta pela liberdade.

Não há referências diretas a Tia Simoa nos jornais do período abolicionista, o que exemplifica a invisibilidade que se aprofunda à medida que o lugar social se distancia das elites que dominavam o discurso abolicionista. Mas segundo Girão (1984), Tia Simoa, foi uma figura respeitada, na Praia de Iracema, participou ativamente da Revolta dos Jangadeiros, simbolizando a resistência negra e feminina à escravidão. Um documento de batismo ¹¹ confirma sua existência histórica, indicando que foi casada com Francisco Napoleão, o que atesta sua presença na sociedade cearense oitocentista, ainda que não haja provas documentais de sua atuação nas manifestações pela abolição.

Embora exista ao menos um documento que confirma a existência histórica de Tia Simoa, as referências sobre sua atuação no processo abolicionista são escassas nos arquivos do período. Essa limitação não anula sua relevância, mas evidencia como mulheres negras e populares foram pouco registradas pelas fontes oficiais oitocentistas. Nesse sentido, a trajetória de Tia Simoa se aproxima da experiência de muitas mulheres anônimas, geralmente negras, que desenvolviam diversos trabalhos. Como observa Pires (2020, p. 155), “milhares de mulheres negras foram atuantes para o fim da escravidão em suas vidas cotidianas e assinalaram a história das décadas finais da escravidão no Brasil com suas experiências singulares.” Eram as lavadeiras, quitandeiras, rezadeiras e muitas outras que contribuíram

¹¹ Ver no anexo 2 - "BRASIL, Ceará, Registros da Igreja Católica, 1725-2019", *FamilySearch* (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6FD6-CKS3> : Tue Jan 21 19:12:48 UTC 2025), Entry for Francisca Rosa and Mathias Rosa, 7 de fevereiro de 1868.

para o abolicionismo a partir da resistência cotidiana, sustentando redes de solidariedade e apoio aos libertos.

Grecianny Cordeiro (2023) observa que o protagonismo feminino no Ceará foi marcado por uma pluralidade de experiências, que abrangiam tanto as mulheres instruídas da elite quanto aquelas que vivenciaram a escravidão, o trabalho doméstico e a pobreza. Essa pluralidade, no entanto, foi seletivamente registrada: enquanto as primeiras tiveram seus nomes preservados pela imprensa e pelas atas das associações, as segundas foram relegadas à oralidade. Mudanças na forma de pensar a história e as suas fontes, permitem que vislumbremos mulheres como Tia Simoa.

É nesse ponto que a reflexão de Wagner Vinhas (2022, p. 205–207) se torna fundamental. O autor argumenta que a história brasileira foi moldada por uma “política do esquecimento”, mecanismo que define quais memórias são dignas de registro e quais são condenadas ao silêncio. Essa política, resultado da colonialidade do poder, estabelece hierarquias de visibilidade que privilegiam os sujeitos brancos, letrados e masculinos, apagando as experiências subalternas e populares. Assim, o silêncio documental sobre Tia Simoa não é mero acaso, mas consequência dessa estrutura colonial que marginaliza as vozes femininas e negras.

Reconhecer essas lacunas, portanto, é um ato de descolonização da memória, pois significa devolver à agência as mulheres que, embora ausentes dos registros oficiais, atuaram na base concreta da luta pela liberdade. A memória de Tia Simoa, sustentada por relatos orais, rompe o esquecimento imposto e revela a presença histórica das mulheres negras e populares na construção da abolição.

Angela Davis (2016) reforça essa perspectiva ao destacar que as experiências das mulheres não podem ser compreendidas de forma homogênea, já que gênero, raça e classe moldam as condições de opressão e de resistência. A ausência de Tia Simoa nos registros escritos não representa ausência de ação, mas evidencia os limites impostos pela estrutura social e racial da época. Nesse sentido, o apagamento das mulheres negras é parte do mesmo sistema que restringia o reconhecimento político das mulheres da elite, revelando a amplitude da desigualdade de gênero sob o escravismo.

Cada mulher negra que resistiu “desperta reflexões e novas lentes de análise acerca do século XIX a partir de uma perspectiva singular: feminina, negra e popular” (Pires, 2020, p. 160). Tia Simoa, portanto, deve ser entendida como uma figura da memória social, que simboliza o protagonismo coletivo e anônimo das mulheres do povo. Sua lembrança não é

apenas uma questão de folclore, mas um gesto de resistência à política do esquecimento, reafirmando que a história da abolição foi construída também por sujeitos que a historiografia tradicional tentou silenciar.

Assim, ao trazer Tia Simoa para o debate histórico, não se busca comprovar documentalmente sua atuação, mas compreender o valor político do seu símbolo. Sua permanência na memória cearense desafia os critérios coloniais de legitimação da história e reivindica um lugar para as mulheres negras e populares na narrativa da liberdade.

Como foi observado por Cordeiro (2023, p. 136) ainda que, embora faltem registros detalhados, o reconhecimento recente de Tia Simoa em leis estaduais e municipais como a Lei nº 17.688/2021, que institui o “Dia da Preta Tia Simoa e da Mulher Negra” simboliza um processo de reparação histórica e de valorização da memória feminina e afrocearense. Essa leitura fortalece a perspectiva de que a história da abolição deve incluir as experiências de mulheres negras e populares, não apenas as da elite letrada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, compreendeu-se que estudar as mulheres cearenses envolvidas na causa abolicionista é mais do que revisitar um episódio da história: é redescobrir vozes que, por muito tempo, permaneceram à margem. O movimento abolicionista cearense revelou-se um processo coletivo, atravessado por diferentes atores e marcado pela ação de mulheres de distintas origens sociais que, mesmo limitadas por uma sociedade patriarcal, encontraram formas de intervir politicamente.

O percurso investigativo mostrou-se desafiador, exigindo um intenso trabalho de garimpo em jornais, periódicos e registros dispersos. Cada pequena menção encontrada representava não apenas um dado histórico, mas um vestígio de presença feminina em espaços que, por séculos, lhes negaram o direito de agir e de ser ouvidas. A análise das fontes e da bibliografia evidenciou que essas mulheres transformaram os espaços de caridade e religiosidade, tradicionalmente associados à moral feminina em instrumentos de ação política e social, contribuindo de forma significativa para o avanço da causa abolicionista no Ceará.

Mesmo pertencentes à elite, essas mulheres poderiam ter se mantido em silêncio, confortáveis em suas posições sociais. No entanto, optaram por agir. Organizaram bazares, criaram associações, arrecadaram fundos, convenceram senhores a libertarem pessoas escravizadas e viajaram para outras regiões da província em nome da liberdade. Suas ações ultrapassaram os limites da caridade: transformaram-se em instrumentos políticos e em formas concretas de resistência. Manipulando o próprio sistema que as restringia, encontraram meios de intervir e de exercer poder.

O exame das fontes e das lacunas permitiu compreender que o silêncio e as ausências também se configuram como fontes históricas, pois revelam os limites de representação impostos às mulheres e as tensões entre visibilidade e poder. No caso das mulheres negras, escravizadas ou libertas, essas lacunas não significam ausência de luta, mas indicam as restrições e violências simbólicas que invisibilizaram suas trajetórias. Reconhecer tais silenciamentos é essencial para compreender o passado como um espaço de disputas de sentido, no qual a presença feminina se manifesta de forma múltipla, nem sempre evidente.

As reflexões construídas ao longo da pesquisa demonstram que o abolicionismo cearense ultrapassou a esfera masculina e incorporou uma ampla rede de solidariedade, na qual as mulheres desempenharam papéis centrais. As ações das integrantes da Sociedade das Cearenses Libertadoras, bem como de mulheres negras como Tia Simoa, evidenciam que a luta pela liberdade envolveu sujeitos de diferentes origens sociais e raciais. Essa

constatação amplia a compreensão sobre o processo de abolição no Ceará e destaca as mulheres como agentes históricos ativos, cujas práticas e discursos contribuíram para a antecipação da abolição na província.

O percurso da pesquisa reafirmou, ainda, que fazer história é mais do que descrever o passado: é interpretá-lo criticamente. Sob a ótica da História Social, tornou-se evidente que a ausência de registros também constitui dado histórico, revelador das relações de poder e das estruturas sociais que definiram quem podia ser visto e ouvido. Assim, a abordagem adotada reforça a importância de se considerar gênero, classe e raça como categorias fundamentais de análise, permitindo compreender as experiências humanas em sua complexidade e diversidade.

Por fim, a investigação demonstrou que o abolicionismo no Ceará não pode ser compreendido apenas como uma conquista política formal, mas como resultado da ação coletiva de mulheres e homens que desafiaram as estruturas sociais de seu tempo. As mulheres estudadas mostraram que é possível agir mesmo diante das restrições impostas, e que, nos pequenos gestos, residem as possibilidades de transformação. Reconhecer sua atuação é essencial não apenas para compreender a história da abolição, mas também para valorizar a pluralidade de experiências e os diferentes modos de resistência que moldaram o caminho da liberdade.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Flores, votos e balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868–1888). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ALONSO, Angela. **O Abolicionismo como movimento Social**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 29, n. 84, p. 115-137, 2014.

BEZERRA, Antônio. **O Ceará e os Cearenses**. Edição fac-gim. Fundação Waldemar Alcântara, Fortaleza. 2001.

"BRASIL, Ceará, Registros da Igreja Católica, 1725-2019", *FamilySearch* (<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6FD6-CKS3> : Tue Jan 21 19:12:48 UTC 2025), Entry for Francisca Rosa and Mathias Rosa, 7 de fevereiro de 1868.

CHARTIER, Roger. **Escutar os mortos com os olhos**. Estudos Avançados, 24(69), 6–30. (2010).disponível: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000200002>

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

CAXILÉ, Carlos Rafael Vieira. **Olhar para além das efemérides**: ser liberto na província do Ceará. 2005. 172 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

CORDEIRO, Grecianny Carvalho. **O protagonismo feminino no movimento abolicionista cearense**. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, ano XCIX, n. 6, p. 117–144, 2023. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/wp-content/uploads/2025/01/2023-06-OProtagonismoFeminino-noMovimentoAbolicionistaCearense.pdf>

FERREIRA, Lusirene Celestino França. **Nas asas da imprensa**: a repercussão da Abolição da escravidão da província do Ceará nos periódicos do Rio de Janeiro (1884-1885). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de São João Del Rei - UFSJ: São João Del Rei, 2010.

GIRÃO, Raimundo. **A Abolição do Ceará**. 3ª Ed. Melhorada. Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto do Ceará, 1984.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **Possibilidades de diálogo**: classe e gênero. HISTÓRIA SOCIAL Campinas - SP NO 4/5 1-241 1997/1998.

MIRANDA, Licínio Nunes de. **O liberto Napoleão e o movimento abolicionista, 1881-1884**. Revista do Instituto do Ceará, 1984.

MOURA, Lisandra de Freitas. **Pérola Negra**: A presença feminina negra no processo de abolição do Ceará nos anos de 1883 e 1884. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2022.

MACENA Fabiana Francisca; MUNIZ, Diva do C. Gontijo. **Mulheres e política**: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. Revista Mosaico. Vassouras: v. 5, n. 1, jan./jun, p. 45-54, 2012.

OLIVEIRA, João Hipólito C. de. **Cronologia da Abolição no Ceará**. Revista do Instituto do Ceará, 1984.

THEOPHILO, Rodolpho. *A grande seca: 1877–1880*. Rio de Janeiro: Imprensa Inglesa. 1 v. (Coleção Brasileira; Memória Estatística do Brasil). Biblioteca do Ministério da Fazenda. 1922.

PINTO, José Marcelo de Alcântara. **A extinção da escravatura na Província do Ceará**. Instituto do Ceará, 1984.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PIRES, Clarissa. **Construindo liberdades**: lutas antiescravistas e abolicionistas por mulheres negras no Brasil do século XIX. Revista Eletrônica de História Regional, v. 14, n. 28, p. 141–163, 2020.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. In: HOLLANDA, Heloisa B. de. (Org). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SECRETO, María Verónica. **A seca de 1877-1879 no Império do Brasil**: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. História, Ciências, Saúde–Manguinhos, Rio de Janeiro, v.27, n.1, jan.-mar. 2020, p.33-51.

SILVA, Wladimir Barbosa da. **Escravidão, imprensa e sociedade: o protagonismo feminino na campanha abolicionista**. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro. 2014.

SILVA, W. B., & Barreto, M. R. N. (2014). MULHERES E ABOLIÇÃO: PROTAGONISMO E AÇÃO. Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 6(14), 50–62. Recuperado de <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/129>

SOUZA, Fábio B. **A seca de 1877-1879 no Império do Brasil**: dos ensinamentos do senador Pompeu aos de André Rebouças: trabalhadores e mercado. História, Ciências, Saúde–Manguinhos, v. 27, n. 1, p. 69-90, jan./mar. 2020. DOI: [10.1590/S0104-59702020000100003](https://doi.org/10.1590/S0104-59702020000100003).

THEOPHILO, Rodolpho. **História da seca no Ceará (1877-1880)**. Imprensa Inglesa.1922.

ZIN, Rafael Balseiro. **Escritoras abolicionistas no Brasil-Império: Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida na luta contra a escravidão**. 2022.Tese (doutorado).Ciências Sociais.Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.São paulo.2022 Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/25996/1/Rafael%20Balseiro%20Zin.pdf>

JORNAIS

LIBERTADOR (Fortaleza, CE). Fortaleza: Sociedade Cearense Libertadora, ano I, n. 1, 1º jan. 1881. Documento obtido da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

LIBERTADOR (Fortaleza, CE). Fortaleza : Sociedade Cearense Libertadora, ano I, n.2, 15 jan. 1881. Documento obtido da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

LIBERTADOR (Fortaleza, CE). Fortaleza: Sociedade Cearense Libertadora, n. 63, 25 março 1884. Documento obtido da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

LIBERTADOR (Fortaleza, CE). Fortaleza: Sociedade Cearense Libertadora, n. 65, 2º abril. 1884. Documento obtido da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

LIBERTADOR (Fortaleza, CE). Fortaleza: Sociedade Cearense Libertadora, n.73, 16 abril. 1884. Documento obtido da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O CEARENSE (Fortaleza), n.16, 22 de jan. 1881, p. 2. Documento obtido da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O CEARENSE (Fortaleza), n.13, 17 de jan. 1884, p. 3. Documento obtido da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA DO NORTE (Fortaleza), n.41, 27 de jun de 1880. Documento obtido da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

ANEXOS

ANEXO 1:

HYMNO
A'

Redempção da Provincia.

—>><<—

Cearenses, Cruzados da Gloria,
Nossa terra está livre de escravos !
Hoje abriu-se ao escôpro da Historia
O padrão d'este povo de bravos.

*Victoria ! Victoria ! Bradai cidadãos !
Nolar de Iracema são todos irmãos !*

Já não geme algemado no açoite,
Opprimido, infeliz nosso irmão ;
Nem o vento nas trevas da noite
Chora os prantos da vil servidão.

Victoria ! Victoria !...

A Igualdade—esso sonho doirado
Dos factores da Terra da Luz,
Nos aponta no céu constellado
O sagrado signal de Jesus !

Victoria !...

Estas plagas da livre Jangada,
De Aleucar e de Pedro Pereira ;
Ilão de ser a Chanaan suspirada
Da total redempção Brasileira.

Victoria ! Victoria !...

Derruiu-se a Bastilha negreira,
E a Patria ditosa sorriu ;
Começou a Nação Brasileira
A Igualdade co'a Gloria surgiu !

Victoria !...

Hoje as aguias dos livres paizes,
Podem vir adejar no Equador ;
Neste céu de iriantes matizes
Só ha luz, liberdade e amor.

Victoria ! Victoria !...

Salve ! oh dia almejado de Gloria,
Alvorada do Imperio da Cruz
Salve ! aurora da Paz, da Victoria !
Salve ! oh filhos da Terra da Luz !

A. MARTINS.

ANEXO 2:

26
Bragil

Francisca para filha natural de Mathias Rora e
Francisca Alves da Oliveira, nasceu em dias de Dezembro de mil
oito centos sessenta e oito, e foi solennemente baptizada a
vinte e sete de Fevereiro do anno seguinte, sendo padrinhos
João Luiz Napoleão, e sua mulher D. Simão Maria da
Conceição Linhares, do que para constar mandei fazer
este assento que assigno.